

**CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE
CNPJ Nº 00.357.038/0001-16
EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

1–RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

2–BALANÇO PATRIMONIAL

3–DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

4–DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

5–DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6–DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

7–DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

8–NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	162.518	33.529
Títulos e valores mobiliários	7	209.271	3.064.153
Clientes	8	1.453.289	1.888.012
Ativo contratual de transmissão	11	1.502.007	1.246.665
Remuneração de participações societárias		28.375	44.101
Tributos a recuperar	9	179.177	194.705
Imposto de renda e contribuição social	10.1	243.170	37.485
Direito de ressarcimento		25.463	24.351
Almoxarifado		110.745	127.900
Instrumentos financeiros derivativos	40	501.355	690.333
Outros	13	161.396	294.824
		4.576.766	7.646.058
Ativo mantido para venda	43	204.878	62.855
		4.781.644	7.708.913
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Direito de ressarcimento		76.390	98.070
Clientes	8	465.004	1.035.578
Títulos e valores mobiliários	7	118	110
Tributos a recuperar	9	209.273	241.496
Cauções e depósitos vinculados	12	220.855	258.918
Ativo contratual transmissão	11	9.271.177	9.365.825
Instrumentos financeiros derivativos	40	485.507	653.022
Outros	13	524.464	637.024
		11.252.788	12.290.043
INVESTIMENTOS			
Avaliados por equivalência patrimonial	14	5.547.620	3.841.526
		5.547.620	3.841.526
IMOBILIZADO			
	15	4.631.490	7.687.039
INTANGÍVEL			
	16	28.421.872	2.971.930
		49.853.770	26.790.538
TOTAL DO ATIVO		54.635.414	34.499.451

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (continuação)
 (em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	1.398.829	1.454.890
Fornecedores	18	616.199	761.502
Tributos a recolher	22	284.358	17.445
Imposto de renda e contribuição social	10.1	-	19.568
Contratos onerosos	26	-	10.517
Remuneração aos acionistas	24	742.182	2.482.651
Obrigações estimadas	30	796.566	395.725
Obrigações com a controladora	21	320.155	123.421
Adiantamento de clientes	31	102.630	89.509
Encargos setoriais	23	423.804	363.790
Obrigações decorrentes da Lei 14.182/2021	29	469.295	-
Arrendamentos	20	191.852	181.086
Outros	32	148.318	163.970
		5.494.188	6.064.074
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	2.813.588	3.473.194
Obrigações estimadas	30	-	64.038
Provisões para litígios	28	512.258	629.920
Benefício pós-emprego	27	61.073	106.740
Obrigações decorrentes da Lei 14.182/2021	29	10.615.548	-
Provisão para passivo a descoberto		-	2.652
Arrendamentos	20	286.488	455.745
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	25	8.829.806	-
Obrigações com a controladora	21	1.570.473	1.826.326
Tributos a recolher	22	521.706	101.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	1.026.523	1.859.412
Adiantamento de clientes	31	84.437	186.348
Outros	32	107.069	126.958
		26.428.969	8.832.349
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	34	13.506.377	11.576.263
Reservas de lucros		9.487.068	8.345.729
Outros resultados abrangentes acumulados		(281.188)	(318.964)
		22.712.257	19.603.028
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.712.257	19.603.028
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.635.414	34.499.451

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Receita operacional líquida	36	10.191.886	8.852.587	10.618.340
Custos operacionais	37	(4.685.553)	65.629	(834.990)
RESULTADO BRUTO		5.506.333	8.918.216	9.783.350
Despesas Operacionais	37	(3.564.908)	(722.204)	(832.112)
Efeito revisão tarifária		21.890	312.819	312.819
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.963.315	8.508.831	9.264.057
RESULTADO FINANCEIRO	38	(1.842.676)	636.653	434.212
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		120.639	9.145.484	9.698.269
Resultado das participações societárias	14.2	(56.571)	436.062	28.335
Outras receitas	39	1.922.154	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		1.986.222	9.581.546	9.726.604
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.4	(764.063)	(152.975)	(298.033)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		864.488	(2.066.933)	(2.066.933)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.086.647	7.361.638	7.361.638
RESULTADO POR AÇÃO				
Resultado por ação - básico		R\$0,012	R\$0,048	R\$0,048

Na coluna do consolidado de 2021, inclui o resultado da controlada Amazonas GT para o período de seis meses entre 01/01/2021 a 30/06/2021.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	2.086.647	7.361.638	7.361.638
Outros componentes do resultado abrangente			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ajuste ganhos e perdas atuariais	69.377	(37.086)	(37.086)
IR / CSLL diferidos - atuariais	(16.172)	12.609	12.609
IR / CSLL diferidos	(15.429)	-	-
	37.776	(24.477)	(24.477)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	37.776	(24.477)	(24.477)
Total do resultado abrangente do exercício	2.124.423	7.337.161	7.337.161

Na coluna do consolidado de 2021, inclui o resultado da controlada Amazonas GT para o período de seis meses entre 01/01/2021 a 30/06/2021.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS				LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		LEGAL	RESERVA INCENTIVO FISCAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL DE DIVIDENDOS NÃO DISTRIBUIDOS			
Em 31 de dezembro de 2021	11.576.263	1.067.199	2.524.204	4.754.326	-	-	(318.964)	19.603.028
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	53.205	53.205
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(15.429)	(15.429)
Integralização de capital	1.930.114	-	-	-	-	(75.580)	-	1.854.534
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.086.647	-	2.086.647
Destinação do lucro líquido:								
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	-	-	-	-	-	(482.950)	-	(482.950)
Dividendo adicional deliberado - JCP	-	-	-	-	-	(386.778)	-	(386.778)
Reserva legal	-	101.674	-	-	-	(101.674)	-	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	53.171	-	-	(53.171)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	986.494	-	(986.494)	-	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de reservas	-	-	(16.276)	16.276	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	13.506.377	1.168.873	2.561.099	5.757.096	-	-	(281.188)	22.712.257

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(em milhares de Reais)

	RESERVAS DE LUCROS					LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	CAPITAL SOCIAL	LEGAL	RESERVA INCENTIVO FISCAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL DE DIVIDENDOS NÃO DISTRIBUIDOS			
Em 31 de dezembro de 2020	11.576.263	733.562	1.753.003	-	1.238.840	238.896	(294.487)	15.246.077
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(24.477)	(24.477)
Dividendos propostos (R\$ 9,06 por ação)	-	-	-	-	(1.238.840)	(156.595)	-	(1.395.435)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.361.638	-	7.361.638
Reserva Incentivo Fiscal - IRPJ (AmGT)	-	-	82.301	-	-	(82.301)	-	-
Destinação do lucro líquido:								
Dividendos propostos (R\$ 10,29 por ação)	-	-	-	-	-	(1.584.775)	-	(1.584.775)
Constituição Reserva legal	-	333.637	-	-	-	(333.637)	-	-
Reserva Incentivo Fiscal - IRPJ	-	-	688.900	-	-	(688.900)	-	-
Constituição Reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.754.326	-	(4.754.326)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	11.576.263	1.067.199	2.524.204	4.754.326	-	-	(318.964)	19.603.028

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		1.986.222	9.581.546	9.726.604
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação e amortização	37	1.346.666	650.739	723.057
Variações cambiais e monetárias líquidas	38	193.736	111.750	139.760
Encargos financeiros	38	1.595.959	341.951	604.301
Resultado da equivalência patrimonial	14.1	56.571	(436.062)	(28.335)
Outras Receitas e Despesas	39	(1.603.150)	-	-
Receitas do ativo contratual - transmissão	36	(2.810.146)	(1.934.712)	(3.099.998)
Custo de construção - transmissão	37	116.659	166.390	166.390
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	41	(21.890)	(312.819)	(312.819)
Provisões (reversões) operacionais	37.1	1.870.576	(613.076)	(534.293)
Instrumentos financeiros - derivativos	38	356.494	(725.826)	(725.826)
Recuperação de custos - adesão ao risco hidrológico	37	-	(3.029.305)	(3.029.305)
Plano aposentadoria extraordinária	37.2	423.188	-	-
Outras		(47.956)	(550.854)	(552.044)
		<u>1.476.707</u>	<u>(6.331.824)</u>	<u>(6.649.112)</u>
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais				
Clientes	8	(283.398)	225.518	26.924
Títulos e valores mobiliários	7	2.854.874	(1.824.571)	(1.710.739)
Direito de ressarcimento		20.568	(122.421)	(24.351)
Almoxarifado		34.545	(44.418)	(44.418)
Ativos mantidos para venda	43	1.536	(1.139)	-
Outros		456.364	2.629.191	2.436.308
		<u>3.084.489</u>	<u>862.160</u>	<u>683.724</u>
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais				
Fornecedores	18	(145.303)	136.272	144.893
Obrigações estimadas	30	(54.621)	88.768	88.768
Encargos setoriais	23	60.014	77.600	77.600
Outros		184.730	203.209	(176.078)
		<u>44.820</u>	<u>505.849</u>	<u>135.183</u>
Pagamento de encargos financeiros	19.1	(499.276)	(302.147)	(362.587)
Recebimento da RAP e indenizações	11	2.666.107	1.500.098	2.894.309
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	10	(1.335.510)	(381.133)	(437.867)
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	14	37.472	14.422	14.422
Pagamento de previdência complementar		(31.764)	-	-
Pagamento de litígios	28	(401.713)	(1.228.608)	(1.228.608)
Cauções e depósitos vinculados	12	(53.987)	(73.182)	(77.763)
Pagamento de obrigações socioambientais		-	(143.730)	(143.730)
		<u>6.973.567</u>	<u>4.003.451</u>	<u>4.554.575</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		6.973.567	4.003.451	4.554.575
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debentures - principal	19.1	(1.465.867)	(594.841)	(914.406)
Pagamento de remuneração aos acionistas	24	(1.940.734)	(1.950.948)	(1.950.948)
Pagamento de arrendamentos - principal	20	(686.237)	(530.841)	(814.536)
Recebimento de AFAC	25	7.959.972	-	-
Outros	21	(294.121)	(500.000)	(500.000)
		<u>3.573.013</u>	<u>(3.576.630)</u>	<u>(4.179.890)</u>
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		3.573.013	(3.576.630)	(4.179.890)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de ativo imobilizado	15	(542.704)	(228.047)	(244.910)
Aquisição de ativo intangível	16	(9.760.997)	-	-
Infraestrutura da transmissão - ativo contratual	11	(116.659)	(166.390)	(166.390)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	14	(19.110)	-	-
Alienação de investimentos em participações societárias	14.1	21.879	-	-
		<u>(10.417.591)</u>	<u>(394.437)</u>	<u>(411.300)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(10.417.591)	(394.437)	(411.300)
Acréscimo (redução) no caixa e equivalentes de caixa		128.989	32.384	(36.615)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	33.529	1.145	70.144
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	162.518	33.529	33.529
		<u>128.989</u>	<u>32.384</u>	<u>(36.615)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
RECEITAS (DESPESAS)			
Venda de mercadorias, produtos e serviços	12.697.875	10.832.628	13.064.851
Receita de construção	143.735	116.786	116.786
PECLD - Consumidores e revendedores	(1.531.856)	502.516	420.030
Outras receitas e despesas operacionais	1.944.044	312.819	312.819
	<u>13.253.798</u>	<u>11.764.749</u>	<u>13.914.486</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais, serviços e outros	(815.915)	(437.917)	(1.222.365)
Energia comprada para revenda	(244.263)	2.786.874	2.714.958
Encargos sobre uso da rede elétrica	(832.877)	(747.720)	(793.737)
Custo de Construção	(116.659)	(166.390)	(166.390)
Combustível para produção de energia elétrica	(1.279.913)	(688.964)	(688.964)
Provisões/reversões operacionais	(338.720)	2.598	110.560
	<u>(3.628.347)</u>	<u>748.481</u>	<u>(45.938)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>9.625.451</u>	<u>12.513.230</u>	<u>13.868.548</u>
RETENÇÕES			
Depreciação, amortização e exaustão	(1.346.666)	(650.739)	(723.057)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>8.278.785</u>	<u>11.862.491</u>	<u>13.145.491</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Resultado de equivalência patrimonial	(56.571)	436.062	28.335
Receitas financeiras	719.678	1.413.005	1.508.746
Outras	-	-	-
	<u>663.107</u>	<u>1.849.067</u>	<u>1.537.081</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>8.941.892</u>	<u>13.711.558</u>	<u>14.682.572</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
PESSOAL			
Remuneração direta	1.434.687	931.361	976.087
Benefícios	11.856	10.239	11.504
FGTS	63.761	105.093	108.294
	<u>1.510.304</u>	<u>1.046.693</u>	<u>1.095.885</u>
TRIBUTOS			
Federal	1.111.665	3.282.955	3.503.328
Estadual	759.823	436.614	814.814
Municipal	7.657	7.200	7.200
	<u>1.879.145</u>	<u>3.726.769</u>	<u>4.325.342</u>
ENCARGOS SETORIAIS	<u>903.442</u>	<u>800.106</u>	<u>825.173</u>
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS			
Juros	681.073	362.513	408.784
Aluguéis	527.746	211.520	427.599
Outras	1.353.535	202.319	238.151
	<u>2.562.354</u>	<u>776.352</u>	<u>1.074.534</u>
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS			
Juros sobre o capital próprio	386.778	-	-
Dividendos	482.950	1.584.776	1.584.776
Reserva de retenção de lucros	1.216.919	5.776.862	5.776.862
	<u>2.086.647</u>	<u>7.361.638</u>	<u>7.361.638</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	<u>8.941.892</u>	<u>13.711.558</u>	<u>14.682.572</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(em milhares de Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte (“Companhia” ou “Eletronorte”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, com sede em Brasília – DF, no SEPN Comércio Residencial Norte 504 - Asa Norte, Brasília - CEP, 70730-524, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548 de 30 de julho de 1973, como concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

Estatutariamente, a Companhia tem por objeto social principal, dentre outras atividades: a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas geradoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, comercialização de energia, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades; b) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.

As operações da Companhia com geração de energia elétrica contam com 5 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 13.214,05 MW (não auditado) e 7 usinas termelétricas com capacidade instalada de 770,22 MW (não auditado).

A comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre a energia gerada e a vendida, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A transmissão de energia em corrente alternada é administrada pela Companhia por um sistema composto de 11.099,03 Km (não auditado) de linhas de transmissão com 55 subestações (não auditado) no Sistema Interligado nacional - SIN e 190,20 Km (não auditado) de linhas de transmissão com 1 subestação no Sistema Isolado, totalizando 11.283,23 km (não auditado) de linhas de transmissão e 56 subestações (não auditado).

A Companhia possui Contratos de Concessão da Transmissão que asseguram o direito de receber Receita Anual Permitida (RAP).

A Companhia detém participação societária em 05 (cinco) Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) de geração e de transmissão de energia elétrica. Dentre elas, a Energética Águas da Pedra S.A., que atualmente está mantida para venda devido à permuta de ações com a Neoenergia S.A., vide nota 2.7.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 06 de março de 2023 e pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2023.

1.1 – Capitalização Eletrobras

Em junho de 2022, a Eletrobras concluiu a oferta pública de ações, que consistiu na distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, através da B3, simultaneamente no Brasil e no exterior. O preço de subscrição da ação foi de R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) perfazendo o montante total de R\$ 29.294.028, sendo:

(a) oferta primária - 627.675.340 ações ordinárias no valor de R\$ 26.362.364 de emissão da Companhia, inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (ADS), representados por *American Depositary Receipts* (ADR), sendo:

- no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior; e
- no exterior, mediante uma oferta pública de distribuição primária de ações, sob a forma de ADS, representados por ADR, nos termos do *U.S. Securities Act of 1933*.

(b) secundária de ações - 69.801.516 ações ordinárias perfazendo o valor de R\$ 2.931.664 de titularidade do BNDESPAR, realizada no Brasil; e

(a) Em julho de 2022, a Companhia realizou a emissão do lote suplementar de ações, que consistiu em 15% do total de ações inicialmente ofertadas, correspondendo a um total de 104.621.528 ações conforme previsto na Instrução da CVM nº 400/2003. Com a emissão do lote suplementar, a oferta pública realizada pela Eletronorte compreendeu uma distribuição primária final de 732.296.868 ações ordinárias de emissão da Companhia incluindo sob a forma de ADS e uma distribuição secundária final de 69.801.516 ações de titularidade do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

O preço por ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido no Brasil em conjunto pelos coordenadores, em conformidade com os artigos 23, § 1º, e 44 da Instrução CVM nº 400/2003, e no exterior pelos coordenadores da Oferta Internacional (procedimento de *BookBuilding*), tendo como parâmetro (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3; (ii) a cotação dos ADS na NYSE; e (iii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda por ações coletadas perante investidores institucionais por meio do procedimento de *Bookbuilding*. O preço por ação sob a forma de ADS no valor de US\$ 8,63 por ADS corresponde ao preço por ação convertido para dólares dos Estados Unidos da América (US\$), incluindo taxas de emissão do ADS, com base na taxa de câmbio de venda (PTAX) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Não foi realizado qualquer registro da oferta ou das ações, incluindo sob a forma de ADS, representados por ADR, em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM, e no Estados Unidos da América, junto à SEC.

Após a conclusão da oferta de ações, o controle da Eletronorte foi pulverizado. A União, que em 31 de dezembro de 2021 detinha 72,33% das ações ordinárias com direito a voto (ON) passou a deter em 30 junho de 2022 o montante de 45,00% dessas ações e 40,94% do total do capital social, configurando a desestatização da Companhia e de suas controladas Chesf, CGT Eletrosul, Eletronorte, Eletropar e Furnas. Após a emissão do lote suplementar de ações (*Green Shoe*), o percentual de ações ordinárias passou a ser de 42,67%.

Impactos decorrentes da capitalização na Eletronorte

1.1.1 – Novos contratos de concessões

A Lei nº 14.182/2021 condicionou a desestatização da Eletronorte à celebração de novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, por trinta anos, em substituição aos contratos vigentes, para as usinas hidrelétricas:

- a) que tenham sido prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013 (usinas cotistas); e
- b) Sobradinho (Chesf), Itumbiara (Furnas), Curuá-Una (Eletronorte), Tucuruí (Eletronorte) e Mascarenhas de Moraes (Furnas).

A Eletronorte, em conjunto com a Eletronorte, celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, vide nota 3.5. Os novos contratos possibilitaram a alteração do regime de exploração para produção independente das usinas cotistas (descotização), nos termos da Lei nº

9.074/1995, inclusive quanto às condições de extinção das outorgas, da encampação das instalações e das indenizações.

Os novos contratos geraram aumento no ativo intangível da Eletronorte no montante de R\$ 26.284.738, vide nota 16, originado pelo direito de regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das usinas hidrelétricas bem como as instalações de transmissão de interesse restrito dessas usinas pelo prazo de 30 anos. Em contrapartida ao direito de explorar as usinas de geração de energia elétrica, a Companhia assumiu compromisso de pagamento à União, a título de bônus de outorga, de pagamentos à conta de desenvolvimento energético (CDE), de pagamentos para revitalização dos recursos hídricos de bacias hidrográficas e renunciou o direito de receber (no caixa) os créditos as indenizações de Tucuruí e Curuá-Una.

Indenizações das UHEs Tucuruí e Curuá-Una	5.062.717
Bônus de outorga	7.967.500
Obrigações com a CDE	10.127.878
Obrigações com a revitalização das bacias	2.256.807

- (a) créditos no montante de R\$ 5.062.717, relativos às indenizações de bens reversíveis das Usinas de Tucuruí e Curuá-Una;
- (b) o valor do bônus de outorga em 17 de junho de 2022 referente aos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica no montante de R\$ 7.967.500;
- (c) obrigação, ao longo dos próximos 25 anos, de repassar recursos à CDE no montante de R\$ 10.127.878, vide nota 29; e
- (d) desenvolvimento de projetos na Amazônia Legal com vistas a reduzir estruturalmente os custos de geração de energia e para a navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins, no montante de R\$ 2.256.807, vide nota 29.

Valores adicionados ao ativo intangível por usinas:

Usinas Hidrelétricas (UHE)	Ativo intangível
Tucuruí	25.542.126
Coaracy Nunes	582.030
Curuá-Una	160.582
	26.284.738

1.1.2 – Impactos no resultado

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) considerou para as UHE Tucuruí e Curuá-Una o montante de R\$ 5.062.717.

Esse valor de indenização foi descontado das obrigações a pagar referentes as novas outorgas.

A seguir, os efeitos no resultado da Companhia por empreendimento:

Usinas Hidrelétricas	Valor contábil líquido	Indenização CNPE 15/2021	PIS/COFINS	Resultado
Usinas não cotistas				
Curuá-Una	630	19.550	(1.809)	17.111
Tucuruí	2.990.633	5.043.167	(466.495)	1.586.039
Impacto Total	2.991.263	5.062.717	(468.304)	1.603.150

1.2 – Incorporação da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT

Em 28 de junho de 2021, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária da Eletronorte e da Amazonas GT o Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação de Incorporação da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas GT pela Companhia retificaram a contratação da empresa especializada Impacto Consultores Associados S.S, bem como o respectivo Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Amazonas GT a ser vertido à Eletronorte e aprovaram a incorporação, cujo os efeitos ocorreram a partir do dia 01 de julho de 2021 na Companhia que passou a deter todos os direitos e obrigações da extinta controlada.

A incorporação teve como objetivo simplificar a estrutura legal e reduzir os custos administrativos, operacionais e fiscais, bem como, maximizar sua eficiência. Como resultado desta incorporação, a Amazonas GT foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora, deixando de apresentar Demonstrações Financeiras Consolidadas. Desta forma a Eletronorte apresenta a coluna do consolidado em 31/12/2021, nos principais quadros DRE, DRA, DFC e DVA, considerando os saldos individuais de janeiro a dezembro de 2021 mais seis meses de janeiro a junho de 2021 da Amazonas GT.

A posição da Companhia em 01 de julho de 2021 está demonstrada abaixo:

A T I V O	Eletronorte	Amazonas GT		Consolidado
	01/07/2021	01/07/2021	Eliminação	01/07/2021
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	9.471	61.509	-	70.980
Títulos e valores mobiliários	1.715.070	146.893	-	1.861.963
Clientes	1.048.198	1.208.770	(400)	2.256.568
Outros ativos	2.572.036	194.145	(3.250)	2.762.931
	5.344.775	1.611.317	(3.650)	6.952.442
Ativo não circulante mantido para venda	789.716	1.139	-	790.855
	6.134.491	1.612.456	(3.650)	7.743.297
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Clientes	580.848	625.311	-	1.206.159
Outros ativos	9.390.478	479.039	-	9.869.517
	9.971.326	1.104.350	-	11.075.676
INVESTIMENTOS	4.381.723	-	(960.550)	3.421.173
IMOBILIZADO	5.313.966	2.491.204	-	7.805.170
INTANGÍVEL	110.778	9.782	-	120.560
	19.777.793	3.605.336	(960.550)	22.422.579
TOTAL	25.912.284	5.217.792	(964.200)	30.165.876

	Eletronorte	Amazonas GT		Consolidado
	01/07/2021	01/07/2021	Eliminação	01/07/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	324.127	171.944	(400)	495.671
Financiamentos e empréstimos	356.992	550.548	-	907.540
Folha de pagamento e obrigações estimadas	375.700	44.936	-	420.636
Encargos setoriais	270.247	57.949	-	328.196
Outros passivos	2.442.210	859.407	(3.250)	3.298.367
	3.769.276	1.684.784	(3.650)	5.450.410
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	1.852.075	1.345.877	-	3.197.952
Debêntures	583.333	500.000	-	1.083.333
Provisões para riscos	407.520	695.316	-	1.102.836
Outros passivos	1.848.695	518.097	-	2.366.792
	4.691.623	3.059.290	-	7.750.913
TOTAL DO PASSIVO	8.460.899	4.744.074	(3.650)	13.201.323
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	11.576.263	497.946	(497.946)	11.576.263
Reservas de lucros	3.725.405	40.471	(429.714)	3.336.162
Outros resultados abrangentes	(294.487)	8.861	(8.861)	(294.487)
Lucros e prejuízos acumulados	-	(73.560)	(24.029)	(97.589)
Resultado do período	2.444.204	-	-	2.444.204
	17.451.385	473.718	(960.550)	16.964.553
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.912.284	5.217.792	(964.200)	30.165.876

Durante o exercício de 2021, até a data da incorporação, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R\$ 407.727. Com a reapresentação, o impacto do investimento passou de R\$ 473.718 para R\$ 960.550.

NOTA 2 – DESTAQUES DE 2022

2.1 – Transferências para a Eletronorte de 15% (quinze) das ações da Norte Energia S.A – NESA, que pertencia a Eletronorte

Em 11 de agosto de 2022 ocorreu a conclusão do processo de transferência das ações que a Eletronorte possuía na Norte Energia S.A., para Eletronorte. A operação resultou no aumento da participação da controlada que saiu de 19,98% (dezenove vírgula noventa e oito por cento) para 34,98% (trinta e quatro vírgula noventa e oito por cento) e aumento de capital em R\$ 1.930.114.

O Capital Social da Eletronorte, após esta capitalização, passou de R\$ 11.576.264 para R\$ 13.506.377 e o número de ações, de 154.093.501 (cento e cinquenta e quatro milhões, noventa e três mil e quinhentos e uma) para 168.044.751 (cento e sessenta e oito milhões, quarenta e quatro mil e setecentos e cinquenta e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, vide nota 14.4.

2.2 – Encerramento da Construtora Integração Ltda

Em 23 de agosto de 2022, foi encerrada a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Construtora Integração Ltda. na qual a Eletronorte tinha a participação de 49%.

2.3 – Transferência das ações da investida SPE – AMAPARI

Em 12 de outubro de 2022 foi concluída a transferência das ações da SPE - Amapari Geração de Energia S.A, que era de 49% para a Eneva S.A. ("Eneva"), pelo valor de R\$ 17.798 por contrato de compra e venda. Além disso, foi feita uma provisão de R\$ 34.748 pela existência de processo que tramita na Justiça Federal e foi consignado no contrato de compra e venda, com seus efeitos reconhecidos no terceiro trimestre.

2.4 – Novo contrato de concessão da transmissão

Em 30 de setembro de 2022 foi assinado o contrato de concessão nº 13/2022 do qual a Eletronorte participou em 30 de junho de 2022 no leilão da transmissão ANEEL nº 1/2022.

Empresa	Lote	UF	Extensão (KM)	Capacidade Transformação (MVA)	RAP (R\$ milhões)	Deságio (%)	Valor do Investimento (R\$ milhões)
Eletronorte	8	RO	11	80	12,2	38,57%	137,74

2.5 – Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças – Eletronorte e Neoenergia

Em dezembro de 2022, ocorreu a celebração entre a Eletronorte e a Neoenergia S.A. do Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual, com as interveniências-anuências necessárias, acordaram as seguintes operações:

- I- Neoenergia transfere em permuta à Eletronorte: (i) ações ordinárias representativas de 50,56% do capital social total e votante da Teles Pires Participações S.A., cujo Equity Value, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 327.953; (ii) ações ordinárias representativas de 0,9% do capital social total e votante da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, cujo Equity Value, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 5.891; e (iii) ações ordinárias representativas de 100% do capital social total e votante da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., cujo Equity Value, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 453.982.
- II- Eletronorte transfere em permuta à Neoenergia: (i) ações ordinárias representativas de 49% do capital social total e votante da Energética Águas da Pedra S.A. – EAPSA (UHE Dardanelos), cujo Equity Value, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 784.512; (ii) 96.981 ações ordinárias, 10.885 ações preferenciais Classe A e 20 ações preferenciais Classe B de emissão da Neoenergia Coelba, no montante de R\$ 2.598; (iii) 46.654 ações ordinárias, 8.901 ações preferenciais Classe A e 9.473 ações preferenciais Classe B de emissão da Neoenergia Cosern no montante de R\$ 604; e (iv) 26.328 ações ordinárias de emissão da Neoenergia Afluente T no montante de R\$ 113.

O valor da operação totaliza R\$ 787.826, sem impactar os caixas da Eletronorte e da Neoenergia. A conclusão do negócio está condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais a esse tipo de operação, incluindo as anuências cabíveis. Cabe destacar que, a operação não foi concluída em 2022 e os valores foram reclassificados para a rubrica de Ativo Mantido para Venda, vide nota 43.

O prazo para fechamento da operação é até 31/12/2023, preferencialmente por meio de Dação em Pagamento, cuja participação societária seja em Sociedades de Propósito Específico que tenham por objeto empreendimentos de transmissão ou geração de energia elétrica, após realização de avaliação que permita aquilatar o valor das ações que serão objeto de dação e concordância das Partes sobre seus termos. Caso não seja concretizada a Dação em Pagamento ou sendo ela parcial em relação ao preço, a Eletronorte pagará à Chesf o valor previsto em dinheiro, ou sua diferença, mediante transferência eletrônica.

Antes da transferência à Neoenergia, ocorrerá descruzamento interno entre as empresas Eletronorte, para que a Eletronorte detenha as participações que serão transferidas à Neoenergia.

NOTA 3 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia detém diretamente várias concessões e autorizações de energia elétrica nos segmentos de Geração e Transmissão e participações em SPEs que atuam nos respectivos segmentos, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

3.1 – Usinas Hidrelétricas:

Item	Empreendimento	Contrato de Concessão	Prazo de Concessão	Município	Potência Instalada (MW) *
1	Tucuruí	Contrato de Concessão nº 002/2022-ANEEL	17/06/2052	Tucuruí - PA	8.535,00
2	Curuá-Una	Contrato de Concessão nº 002/2022-ANEEL	17/06/2052	Santarém - PA	30,30
3	Coaracy Nunes	Contrato de Concessão nº 002/2022-ANEEL	17/06/2052	Ferreira Gomes - AP	78,00
4	Samuel	Contrato de Concessão nº 005/2011-ANEEL	22/07/2032	Porto Velho - RO	216,70
5	Balbina	Contrato de Concessão nº 002/2019-ANEEL	01/03/2027	Presidente Figueiredo - AM	249,70

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

3.2 - Usinas Termelétricas:

Item	Empreendimento	Contrato de Concessão	Prazo da Autorização	Município	Potência Instalada (MW) *
1	Senador Arnon Afonso Farias de Mello	Outorgada pela Portaria MME nº 920 de 05.11.1969 à Centrais Elétricas de Roraima S.A. - CER; transferida à Eletronorte por meio da Portaria MME nº 420, de 31.08.1989.	03/11/2030 (**)	Boa Vista-RR	85,99
2	Aparecida	Outorgada pela Portaria nº 156, de 06.07.1990; transferida para a Amazonas GT por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.244, de 16.07.2013; prorrogada pela Portaria MME nº 207, de 17.04.2019, até 2030; transferida para a Eletronorte por meio da Resolução Autorizativa nº 10.482, de 24.08.2021	06/07/2030	Manaus - AM	166,00
3	Mauá 3	Outorgada pela Resolução Autorizativa nº 4.950, de 27.11.2014; transferida para a Eletronorte por meio da Resolução Autorizativa nº 10.482, de 24.08.2021	27/11/2044	Manaus - AM	590,75
4	Codajás	Registro - CEG: UTE.GN.AM.000788-9	30/11/2030	Codajás - AM	4,57
5	Caapiranga	Registro - CEG: UTE.GN.AM.000340-9	30/11/2030	Caapiranga - AM	2,16
6	Anori	Registro - CEG: UTE.GN.AM.000105-8	30/11/2030	Anori - AM	4,57
7	Anamá	Registro CEG: UTE.GN.AM.000092-2	30/11/2030	Anamá - AM	2,16

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

(**) A Eletronorte enviou as CEs CRR 028 e 085/2019 à SCG/ANEEL - prazo da outorga. De acordo com o Parecer nº 00389/2019/PFANEEL/PGF/AGU de 04.09.2019, opina-se pela outorga de nova autorização para a exploração da UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello, com prazo de 35 (trinta e cinco) anos, nos termos do art. 28-A da REN nº 390/2009, com início da contagem do prazo desde a Resolução-ANEEL nº 427, de 1º de novembro de 2000. A Resolução ANEEL nº 427, de 1º de novembro de 2000, regularizou a UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello e autorizou sua ampliação. A Resolução Autorizativa nº 10.425, de 31 de agosto de 2021, autorizou, em favor da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A Eletronorte, o prazo de vigência da outorga de autorização da Usina Termelétrica Senador Arnon Afonso Farias de Mello - Floresta, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UTE.PE.RR.000961-0.01, em 30 (trinta) anos, a contar da publicação da Resolução nº 427, de 1º de novembro 2000.

3.3 – Sistema de Transmissão:

Item	Empreendimento	Contrato de Concessão	Prazo de Concessão	Área
1	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	058/2001	01/01/2043	AC, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO
2	LT São Luís 2 - São Luís 3 230kV SE São Luís 3 230/69kV	007/2008	17/03/2038	MA
3	LT Ribeiro Gonçalves - Balsas - 230 kV SE Ribeiro Gonçalves - 500/230/69 kV SE Balsas 230/69 kV	001/2009	28/01/2039	MA, PI
4	SE Miranda II - 500/230 kV (450 MVA) SE Coletora Porto Velho 500/230kV 2	002/2009	28/01/2039	MA
5	Estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back 400MW LT Coletora Porto Velho - Porto Velho - C1 e C2 - 230kV	010/2009	26/02/2039	RO
6	Estação Retificadora nº 01 CA/CC - 500/±600 kV - 3150 MW - Estação Inversora nº 01 CC/CA ±600/500 kV - 2950 MW	012/2009	26/02/2039	RO, SP
7	LT Jauru - Vilhena - Pimenta Bueno - Ji-Paraná - Ariquemes - Samuel - Porto Velho - C3 - 230kV	021/2009	19/11/2039	MT, RO
8	LT Porto Velho - Abunã - Rio Branco - C2 - 230kV	022/2009	19/11/2039	AC, RO
9	LT Jorge Teixeira - Lechuga (ex-Cariri) - 230 kV	009/2010	12/07/2040	AM
10	SE Lucas do Rio Verde 230/138 kV	004/2011	28/06/2041	MT
11	SE Miramar em 230/69 kV SE Tucuruí em 230/138 kV	012/2011	09/12/2041	PA
12	SE Nobres em 230/138 kV	013/2011	09/12/2041	MT
13	LT Lechuga - Jorge Teixeira, C3, 230 kV SE Lechuga, 230/138 kV 3x150 MVA	014/2012	07/05/2042	AM
14	SE 230/138 kV Caladinho II; e Trechos de LT em 230 kV entre a SE Caladinho II e a LT 230 kV Coletora Porto Velho - Porto Velho, C2.	013/2022	30/09/2052	RO

3.4 – Sociedades de Propósito Específico (SPE)

3.4.1 – Empreendimentos em parceria

3.4.1.1 – Geração:

Item	Empreendimento	Contrato de Concessão	Prazo de Concessão	Município	Potência Instalada (MW) *
1	UHE Dardanelos (Energética Águas da Pedra)	Contrato de Concessão nº 002/2007	07/03/2042	Aripuanã - MT	261,00
2	UHE SINOP (Companhia Energética Sinop S.A.)	Contrato de Concessão nº 001/2014	26/02/2049	Sinop - MT	400,00
3	UHE Belo Monte (Norte Energia)	Contrato de Concessão nº 001/2010	26/08/2045	Rio Xingu no Estado do Pará	11.233,10

3.4.1.2 – Transmissão:

Item	Empreendimento	Contrato de Concessão	Prazo de Concessão	Município
1	LT Xingu/Estreito e Estações Conversoras junto às respectivas subestações (BMTE)	014/2014	16/06/2044	PA, TO, GO, MG
2	LT Lechuga/Equador/Boa Vista e subestações associadas (TNE)	003/2012	25/01/2042	RR, AM

3.5 – Novos contratos de concessão

Em junho de 2022, a Eletronorte, em conjunto com a Eletrobras, celebrou novos contratos de concessão para 3 usinas hidrelétricas (UHÉs) em substituição aos contratos de concessão que se enquadram no artigo 2º da Lei nº 14.182/2021, e que estavam vigentes em 13 de julho de 2021:

As concessões foram outorgadas pelo prazo de 30 anos, contados a partir da data de sua assinatura, em conformidade com o prazo estabelecido no § 1º do art. 1º, da Lei nº 14.182/2021, com o regime de concessão de Produção Independente de Energia Elétrica, com assunção da gestão do risco hidrológico, nos termos dos incisos III e IV, do art. 4º, da Lei nº 14.182/2021.

Os novos contratos de concessão de geração de energia elétrica estão listados a seguir:

Usinas Hidrelétricas (UHE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Data de Término
Tucuruí	8.535,0	PA	17/06/2052
Coaracy Nunes	78,0	AP	17/06/2052
Curuá-Una	42,8	PA	17/06/2052

(*) Não examinado pelos auditores independentes

NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1- Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as informações financeiras são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Eletronorte.

4.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na nota 5.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico corresponde aos custos incorridos na aquisição ou elaboração de ativos e o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir passivos. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

4.3 – Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir:

4.4.1- Novas normas e interpretações

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações normativas emitidas pelo IASB e pelo CPC:

Revisão de Pronunciamento Técnico	Normas revisadas	Aplicável a partir
19	CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.	01/01/2022
20	CPC 11/IFRS 4 - Contratos de seguro, CPC 21/IAS 34 - Demonstração Intermediária, CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 26 /IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 49/IAS 26 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria.	01/01/2023
21	Estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.	01/01/2023

4.5 Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras, as participações no capital social dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As investidas estão domiciliadas no Brasil.

Empresas	Participação (%)	Participação (%)
	31/12/2022	31/12/2021
Amapari Energia S.A	-	49,00
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50	24,50
Companhia Energética Sinop	24,50	24,50
Construtora Integração Ltda	-	49,00
Energética Águas da Pedra S.A. *	24,50	24,50
Manaus Construtora Ltda	-	30,00
Norte Energia S.A.	34,98	19,98
Transnorte Energia S.A.	49,00	49,00

* Reclassificado do investimento para ativo mantido para venda no exercício de 2022, vide nota 43.

a) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

b) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Eletronorte deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Eletronorte e de suas controladas, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Clientes	Avaliação de perda esperada de créditos.
11	Ativo contratual de transmissão	Taxa de remuneração dos contratos de concessões, alocação do preço de às obrigações de performance e previsão dos fluxos caixas.
14.1/17	Perdas em investimentos e Valor recuperável dos ativos de longo prazo	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia.
27	Benefícios a empregados	Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego.
28	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas em processos judiciais.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	16.008	30.209
Aplicações Financeiras (a)	146.510	3.320
Total	162.518	33.529

- (a) As aplicações financeiras são de liquidez imediata, substancialmente com remuneração CDI/SELIC. Nenhum título público encontra-se classificado como caixa e equivalentes de caixa.

Prática Contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

Admite-se que uma aplicação financeira é de curto prazo quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

Os saldos de depósitos bancários e de aplicações financeiras de curto prazo com restrições que impeçam o uso generalizado desses valores não são classificados na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixas.

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

Títulos	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Letra do Tesouro Nacional (a)	-	2.629.862
Letra Financeira do Tesouro	5.231	-
Letra Financeira	33.736	-
Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	53.723
Op. Compromissadas	-	380.568
Aplicações cotas de fundos	148.041	-
Debêntures - CDI	16.407	-
CDB	5.856	-
	209.271	3.064.153
Não Circulante		
Outros	118	110
	118	110
Total	209.389	3.064.263

- (a) A redução foi decorrente, especialmente, do resgate da aplicação financeira para realizar a quitação dos dividendos mínimo obrigatórios de 2021 e de exercícios anteriores bem como as obrigações da Lei 14.182/2021, no montante de R\$ 1.753.471, vide nota 29.1.

Prática Contábil

Referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota 6. A Companhia, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são receitas da Companhia apresentadas no grudo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

NOTA 8 – CLIENTES

	31/12/2022			31/12/2021	
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Total	Total
Circulante					
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	1.081.599	207.911	502.058	1.791.568	1.091.996
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	57.800	24.726	66.188	148.714	186.284
Uso da Rede Elétrica	273.976	5.387	14.541	293.904	252.930
Conexão/Disponibilização ao Sistema de Transmissão	12.837	35	-	12.872	10.414
Contratos Renegociados	672.486	217.724	83.783	973.993	611.010
(-) PECLD - Renegociação (b)	(554.209)	(217.724)	(83.783)	(855.716)	(97.448)
(-) PECLD (b)	(541.316)	(104.919)	(265.811)	(912.046)	(167.174)
	1.003.173	133.140	316.976	1.453.289	1.888.012
Não Circulante					
Contratos Renegociados	1.325.759	-	-	1.325.759	1.867.617
(-) PECLD - Renegociação (b)	(860.755)	-	-	(860.755)	(832.039)
	465.004	-	-	465.004	1.035.578
Total	1.468.177	133.140	316.976	1.918.293	2.923.590

- a) O aumento ocorreu principalmente em decorrência do aumento da inadimplência da Amazonas Energia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 425.000.
- b) O aumento da Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD é principalmente decorrente do aumento da inadimplência da Amazonas Energia.

8.1 Perda estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa

As movimentações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são as seguintes:

Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	(1.096.661)	(944.978)
(+) Constituição	(1.733.146)	(241.561)
(–) Reversão / Baixas	201.290	692.394
Incorporação da Amazonas GT	-	(602.517)
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	(2.628.517)	(1.096.661)

A Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresentou um saldo de R\$ 2.628.517 (R\$ 1.096.661 em 31 de dezembro de 2021) de Provisão de Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD. Do montante de R\$ 1.531.856 de provisão líquida das baixas e reversões constituída no exercício, o valor da Amazonas Energia corresponde a R\$ 1.357.111. Tal constituição de provisão deve-se ao aumento da inadimplência até dezembro/2022 do referido cliente. Atualmente, os quatro Instrumentos de Confissão de Dívidas-ICD encontram-se 100% provisionados, estando de acordo com a política de PECLD do grupo Eletrobras.

Prática Contábil

As contas a receber de clientes são contabilizados inicialmente pelo preço da transação e subsequentemente pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos e as perdas esperadas - PECLD.

A Companhia adota a abordagem simplificada para reconhecimento de perdas esperadas de créditos, utilizando-se de matriz de cálculo com base no relacionamento histórico das contrapartes com a Companhia e nas garantias. Em síntese, nos contratos que não têm garantias, é verificado, no cenário máximo de dois anos, a relação percentual, por cliente, entre o faturamento e o histórico de recebimentos, sendo o percentual apurado aplicado no saldo em aberto de contas a receber do cliente e registrado como perda esperada.

Adicionalmente, para os clientes com saldos renegociados, a Companhia, com base em análise individual do cliente, avalia o risco de inadimplência desses créditos, podendo a chegar ao registro em perdas esperadas de 100% do saldo em aberto, caso o risco de inadimplência seja considerado alto. A análise de crédito individual do cliente, para esses casos, leva em consideração, principalmente, o histórico da cliente, o montante envolvido, as pesquisas em entidades de proteção de créditos e a situação patrimonial do cliente.

NOTA 9 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		
IRRF/CSLL	62.056	-
PIS/COFINS a recuperar (a)	95.407	164.416
ICMS a recuperar	17.914	30.289
Outros	3.800	-
	179.177	194.705
Ativo não circulante		
IR/CS (b)	136.689	176.828
ICMS a recuperar	72.584	64.668
	209.273	241.496
Total	388.450	436.201

(a) O saldo de R\$ 95.407 do PIS/COFINS a recuperar refere-se ao saldo acumulado de PIS/COFINS oriundo da Amazonas GT. Tendo em vista a relevância dos valores apurados, os valores referentes às contribuições do PIS/COFINS serão compensados em até 6 meses.

(b) O saldo de R\$ 136.689 refere-se ao saldo negativo de exercícios anteriores.

NOTA 10 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

10.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		
Imposto de Renda	161.437	37.485
Contribuição Social	81.733	-
Total	243.170	37.485
Passivo Circulante		
Contribuição Social	-	19.568
Total	-	19.568

10.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não circulante		
Imposto de Renda	727.908	1.081.104
Contribuição Social	389.270	293.077
	1.117.178	1.374.181
Passivo não circulante		
Imposto de Renda	1.316.016	2.377.642
Contribuição Social	827.685	855.951
	2.143.701	3.233.593
Total Tributos Diferidos Líquidos	1.026.523	1.859.412

10.3 Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Tributos diferidos ativos		
Provisões Operacionais	223.774	321.166
Créd. Tributário s/Prejuízo Fiscal e Base Negativa	108.953	507.406
Provisão para litígios	7.694	68.078
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	623.287	246.995
Perda estimada por irrecoverabilidade de ativos (<i>impairment</i>)	60.561	128.417
Outros	92.907	102.119
Total Ativo	1.117.176	1.374.181
Tributos diferidos passivos		
Ativo de contrato	605.982	702.625
Repactuação do Risco Hidrológico	576.112	971.778
Lei 12.973/2014	659.505	1.028.772
Instrumentos Financeiros VJORA	230.038	456.741
Outros	72.062	73.677
Total Passivo	2.143.699	3.233.593
Tributos diferidos passivos, líquidos	1.026.523	1.859.412

Os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de cada entidade.

A Companhia possui tributos diferidos (líquidos) derivados de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, cuja realização esperada por exercício futuro é como segue:

Tributos Diferidos Líquidos	
2023	(8.033)
2024	(8.033)
2025	(45.342)
2026	(57.735)
Após 2026	(907.380)
Total	(1.026.523)

10.3.1 – Impostos e contribuição social diferido

Os ativos e passivos diferidos para serem reconhecidos nas demonstrações financeiras devem ser mensurados conforme a alíquota que se espera que seja aplicáveis na ocasião em que tais ativos e passivos serão realizados e que estejam vigendo no período reportado, como está definido no Pronunciamento Técnico CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro ("CPC 32").

O cálculo da redução possível do IRPJ no lucro da exploração leva em consideração o percentual da receita líquida incentivada sobre a receita operacional líquida total.

Em 2022, a Eletronorte apresenta uma proporção de 57,04% da receita líquida incentivada que equivale a uma redução do IRPJ em 42,78% e uma alíquota efetiva de 14,31%.

Receita Incentivada	Redução IRPJ	Taxa Nominal	Alíquota Efetiva IRPJ
100,00%	75,00%	25,00%	6,25%
57,04%	42,78%	25,00%	14,31%

O quadro acima calcula a alíquota efetiva de acordo com a proporção da receita líquida incentivada. Para fins ilustrativos, na primeira linha demonstra o cenário onde 100% da receita é incentivada. Na segunda linha, o cenário atual da Eletronorte, tendo em conta as atividades incentivadas de

geração e transmissão.

10.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
	IRPJ/CSLL		IRPJ/CSLL
Resultado operacional antes dos tributos	1.986.222	9.581.546	9.726.604
Total do IRPJ e CSLL calculado às Alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(675.315)	(3.257.726)	(3.307.046)
Efeitos de adição de exclusões:			
Equivalência patrimonial	(19.235)	148.261	9.634
Provisões	(634.292)	(638.390)	(681.496)
Receita Financeira - Ativo de Contrato	181.259	457.561	457.561
Compensação de prejuízo fiscal/base negativa	317.041	68.334	129.112
Derivativos	(121.208)	246.781	246.781
Incentivos Fiscais	53.171	688.901	732.587
Arrendamentos	31.437	15.205	15.205
Repactuação Risco Hidrológico	(131.461)	971.778	971.778
Demais Adições e exclusões permanentes	(15.774)	(8.305)	(8.305)
Outras deduções	250.314	1.154.625	1.136.156
Total da despesa de IRPJ e CSLL	(764.063)	(152.975)	(298.033)
Alíquota efetiva	-38,47%	-1,60%	-3,06%

O valor positivo em 2021, na rubrica de Outras deduções, refere-se às reversões de provisões de litígios cíveis e PCLD. No exercício de 2022 os valores foram menores.

	CONTROLADORA						CONSOLIDADO		
	31/12/2022			31/12/2021			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Compensação Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(336.795)	(63.642)	(400.437)	-	(68.333)	(68.333)	-	(68.333)	(68.333)
Derivativos	194.619	32.085	226.704	(185.171)	(61.611)	(246.782)	(185.171)	(61.611)	(246.782)
Provisões Ativas / Passivas / Impairment	16.631	166.581	183.212	(350.693)	(125.416)	(476.109)	(350.693)	(125.416)	(476.109)
RBSE	-	-	-	-	-	-	(2.113)	(761)	(2.874)
Efeitos Atuariais	(2.730)	(1.717)	(4.447)	(2.113)	(761)	(2.874)	-	0	-
Adoção Inicial	-	-	-	(293)	(105)	(398)	(293)	(105)	(398)
IFRS 16	(8.451)	(8.322)	(16.773)	(11.180)	(4.025)	(15.205)	11.030	3.970	-
GSF	360.868	34.798	395.666	(714.543)	(257.235)	(971.778)	(714.543)	(257.235)	-
Contratos de Concessão / CPC 47 / CPC 48	493.875	(30.399)	463.476	(209.892)	(75.562)	(285.454)	(232.102)	(83.556)	(315.658)
Demais adições (exclusões)	17.087	-	17.087	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL Diferidos	735.104	129.384	864.488	(1.473.885)	(593.048)	(2.066.933)	(1.473.885)	(593.048)	(2.066.933)
	-37,01%	-6,51%		15,38%	6,19%		-15,15%	-6,10%	

10.5 Incentivos fiscais

A Medida Provisória nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Nesse contexto, a SUDENE e a SUDAM, por meio de laudos constitutivos, reconheceram o direito da Companhia à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica para os seguintes empreendimentos e períodos relacionados abaixo:

- Usina hidrelétrica Tucuruí, período de 2019 a 2028, Laudo 046/2019
- Usina hidrelétrica Samuel, período de 2014 a 2023, Laudo 170/2014
- Usina hidrelétrica Coaracy Nunes, período de 2015 a 2024, Laudo 009/2015
- Usina hidrelétrica Curuá-Una, período de 2015 a 2024, Laudo 126/2015
- Transmissão no Estado do Mato Grosso, de 2016 a 2025, Laudo 012/2016
- Transmissão do Estado de Tocantins, período de 2016 a 2025, Laudo 001/2016
- Transmissão do Estado de Boa Vista, período de 2016 a 2025, Laudo 060/2016
- Transmissão do Estado do Acre, período de 2017 a 2026, Laudo 019/2017
- Transmissão do Estado do Amazonas, período de 2019 a 2028, Laudo 045/2019
- Transmissão do Estado do Maranhão, período de 2017 a 2026, Laudo 063/2017
- Transmissão do Estado de Rondônia, período de 2017 a 2026, Laudo 050/2017
- Transmissão do Estado do Pará, período de 2017 a 2026, Laudo 072/2017

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

Em 31 de dezembro de 2022 houve aproveitamento do incentivo para imposto de renda no total de R\$ 51.132 (R\$ 688.901 em 31 de dezembro de 2021).

10.6 Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Ajuste ganhos e perdas atuariais	(16.172)	(24.477)	(24.477)
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	(15.429)	-	-
Total do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	(31.601)	(24.477)	(24.477)

Prática Contábil

O resultado de Imposto de Renda e a Contribuição Social é reconhecido na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferido, no período da ocorrência do resultado (lucro ou prejuízo) a que se referem. O Imposto de Renda e a Contribuição Social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do período, e apresentados na Demonstração de Resultado Abrangente.

O imposto de renda - IRPJ, corrente e diferido, é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente é calculada com base nos resultados que podem ser admitidos na apuração de pagamento de imposto de renda e contribuição social do período.

O resultado com Imposto de Renda e a Contribuição Social diferido representa, basicamente, o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que não podem (diferenças temporárias), em razão das regras tributárias, ser consideradas na base cálculo de pagamento de Imposto de

Renda e a Contribuição Social na apuração do período, mas que poderão ser utilizadas em períodos seguintes, e (ii) de eventual prejuízo do período.

Os créditos de Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos (ativo), originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos na proporção da probabilidade de lucro tributável futuro e na possibilidade de utilização das diferenças temporárias.

Quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, na apuração dos tributos correntes, os tributos diferidos ativos e passivos, relacionados com a mesma entidade legal, são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial.

NOTA 11 – ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

A Companhia registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020	10.612.490	9.865.057
Receita de construção	143.735	116.786
Receita financeira	1.399.382	1.817.926
Amortização	(1.399.078)	(1.500.098)
Baixa	(5.235)	-
Remensurações regulatórias - Transmissão	21.890	312.819
Saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021	10.773.184	10.612.490

A Companhia utiliza como margem de construção dos contratos de concessão, que acrescida ao custo de construção, forma a receita de construção, o custo médio ponderado de capital – WACC da Eletronorte, do ano de início de cada contrato. Anualmente, a Companhia compara o saldo do ativo de cada contrato com o fluxo previsto de RAPs futuras, considerando a taxa de desconto de cada contrato. Tanto os impactos positivos quanto os negativos são registrados na receita de construção.

As taxas de remuneração utilizadas (Receita financeira), estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, em média, 7,99% ao ano, para os contratos renovados, e 8,97% para os licitados.

Os saldos dos contratos são atualizados (Atualização monetária) pelo IPCA.

Em 2022, as RAPs de 3 concessões da Eletronorte foram reajustadas em razão de Revisão Tarifária Periódica – RTP, impactando o ativo contratual da transmissão e o resultado da Companhia em R\$ 21.890, na rubrica Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão.

Em julho de 2022, a ANEEL, por meio da Resolução nº 3.067/2022, homologou os valores das RAPs da Companhia para o ciclo 2022/2023, R\$ 2.580.273.

Em junho de 2022, a SGT/ANEEL publicou a Nota Técnica nº 085/2022, que revisitou os pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE. A produção de efeitos dessa Nota Técnica depende de adequada instrução processual para que o mérito seja analisado pela diretoria colegiada da ANEEL. A Companhia continua acompanhando e atuando em relação à questão para que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuem vigentes.

Do saldo atual do ativo contratual da transmissão, R\$ 4.774.577 correspondem ao direito às contraprestações originadas pela infraestrutura não depreciada da RBSE – Rede Básica do Sistema Existente, quando das renovações das concessões em 2012, nos termos da Lei nº 12.783/2013. O fluxo nominal estimado pela Companhia para o recebimento das RAPs relativas à RBSE está demonstrado, por ciclo, no quadro a seguir:

23-24	24-25	25-26	26-27	27-28	Total
1.129.435	1.129.435	1.129.435	1.129.435	1.129.435	5.647.175

Prática Contábil

Os ativos de transmissão da Companhia são tratados no escopo do CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Seguindo o CPC 47/IFRS 15, os direitos da entidade às contraprestações originadas de obrigações de desempenho concluídas, cujo direito efetivo do recebimento está condicionado ao cumprimento de outras obrigações contratuais, devem ser classificados como ativos de contrato, que a companhia identifica como Ativo Contratual, no balanço patrimonial.

Para desenvolver as atividades de construção da infraestrutura de transmissão e operá-la e mantê-la – O&M, no âmbito dos contratos de concessões de transmissão de energia elétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual Permitida – RAP e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, calculado pela ANEEL, quando previstos contratualmente.

Para fins de registros contábeis, a Companhia, com base nos custos projetados de construção e de operação e manutenção, acrescidas das margens de lucros desejadas para essas atividades, separa a RAP, estipulada no contrato de concessão (Leilão de transmissão), em duas partes: (i) parcela da RAP destinada à remuneração da atividade de Construção e a parcela da RAP destinada à remuneração da atividade Operação e Manutenção – O&M.

As margens de lucratividade desejadas são formadas com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Eletronorte, nos riscos de atrasos nas obras e nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica.

À medida que a construção do empreendimento de transmissão evolui, a Companhia reconhece, na rubrica de ativo o contratual, em contrapartida a receita de construção, os valores das RAPs relativas à construção do empreendimento de transmissão e o saldo residual, quando previsto contratualmente, na proporção da execução do projeto. O ativo contratual da transmissão corresponde, portanto, aos valores das RAPs, relativas à construção, e o saldo residual, quando previsto contratualmente, que serão recebidos futuramente, trazidos a valor presente, na proporção da execução do projeto.

A taxa de desconto (implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e operação e manutenção, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, quando aplicável.

O ativo contratual é atualizado mensalmente pelos juros implícitos, com base na taxa de desconto de cada contrato, e pela atualização monetária (IPCA ou IGPM), em função dos reajustes das RAPs.

As Receitas Anuais Permitidas – RAPs dos contratos de concessão são revisadas a cada cinco anos, no processo de Revisão Tarifária Periódica da ANEEL – RTP, que analisa, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando, normalmente, em modificações nos valores das RAPs futuras. Após a publicação dos resultados da RTP pela ANEEL, a Companhia remensura o fluxo de recebimentos futuros relacionados com construção do empreendimento de transmissão, e, em razão disso, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo de recebíveis. A diferença entre o saldo do ativo contratual antes da RTP e o saldo do ativo contratual após a RTP é registrado no resultado do período, na rubrica Remensurações Regulatórias – Contratos de Transmissão.

O direito efetivo de recebimento dos fluxos de caixas (RAPs) relativos à construção está condicionado à satisfação de outra obrigação de desempenho contratual, a de operar e manter a infraestrutura, por isso a amortização do ativo contratual (reclassificação para o contas a receber de clientes) ocorre à medida que a Companhia cumpre as obrigações mensais de operar e manter

a infraestrutura, que ocorre no período compreendido entre a finalização da implantação do empreendimento de transmissão e o final da concessão.

À medida que as obrigações de operar e manter a infraestrutura são satisfeitas, a Companhia reconhece, na rubrica de contas a receber de clientes, em contrapartida a receita de operação e manutenção – O&M, os valores das RAPs relativas à operação e manutenção dos empreendimentos de transmissão. O reconhecimento direto em contas a receber de clientes, sem transitar no ativo contratual, é possível, pois o direito de recebimento de RAP, originado pela execução da atividade de operação e manutenção, não depende do cumprimento de outras obrigações.

NOTA 12 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não circulante		
Cíveis	10.836	83.136
Trabalhistas	35.635	53.661
Tributárias	126.283	105.636
Outros	48.101	16.485
	<u>220.855</u>	<u>258.918</u>

O saldo de outros é composto por processos regulatórios, ambientais e cauções.

O saldo de cauções e depósitos provisionado pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 88.697 (R\$ 108.342 em 31 de dezembro de 2021), e os valores de provisão estão sendo apresentados pelo valor líquido em cada tipo de processo. Essa provisão é decorrente de depósitos de processos efetuados até 2007, no qual, a Companhia possui dificuldades na identificação da existência do depósito no judiciário.

É importante ressaltar que a apesar das dificuldades envolvidas na identificação dos depósitos judiciais no judiciário a Companhia está comprometida e trabalhando para identificar todos os depósitos existentes e garantir a identificação aos seus representantes. Para isso, a Companhia está em contato constante com o judiciário e buscando obter informações precisas e atualizadas sobre esses depósitos.

O valor dos depósitos está apresentado pelo líquido, reduzindo o valor vinculado às provisões para litígios (nota 28).

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Despesas Antecipadas (a)	107.024	136.196
Pesquisa e desenvolvimento P&D	35.335	10.461
Serviços em curso	19.037	3.377
Créditos a receber - CEA (b)	-	144.790
	<u>161.396</u>	<u>294.824</u>
Não circulante		
Despesas Antecipadas (a)	686	54.729
Garantias de convênios	104.509	168.664
Conta Garantia - Cigás (c)	419.269	413.631
	<u>524.464</u>	<u>637.024</u>
Total	<u>685.860</u>	<u>931.848</u>

- (a) Os saldos de despesas antecipadas são compostos por adiantamentos de empregados, adiantamentos de fornecedores, seguros e planos de saúde que a companhia efetua o pagamento antecipado no curso normal de seus negócios.
- (b) Os créditos da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA (Equatorial Energia) foram baixados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, ocasionado pela quitação antecipada do contrato.
- (c) O saldo de R\$ 419.269 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 413.613 em 31 de dezembro de 2021) refere-se aos recursos mantidos em conta vinculada a título de “escrow account”. Representa uma garantia para manter o fornecimento do gás e para a Cigás é uma garantia de que os valores serão pagos pela Companhia evitando inadimplência, esta garantia está prevista em cláusula contratual com vigência a partir de 01 de janeiro de 2019.

NOTA 14 – INVESTIMENTOS

Avaliados por Equivalência Patrimonial, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Controlada em conjunto		
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	1.002.905	947.461
Companhia Energética Sinop	263.221	174.626
Construtora Integração Ltda	-	21.527
Transnorte Energia S.A.	39.627	-
Norte Energia S.A.	4.241.867	2.552.188
	5.547.620	3.695.802
Coligadas		
Energética Águas da Pedra S.A. (a)	-	145.724
	-	145.724
Total	5.547.620	3.841.526

(a) Reclassificado do investimento para ativo mantido para venda

14.1 – Perdas estimadas em investimentos

A Companhia estima o valor recuperável de seus investimentos nas Coligadas e Controladas em Conjunto com base em seu valor para o acionista, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, ou seu valor de mercado, dos dois o maior, de acordo com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para os casos em que tenha havido alguma transação sob condições de mercado para alguma SPE.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos*) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos. Maiores informações, vide nota 17.
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.

O saldo das perdas estimadas em investimentos é demonstrado a seguir:

Empresas	31/12/2022	31/12/2021
Transnorte Energia S.A.	(122.787)	(133.067)
Companhia Energética Sinop	(69.838)	(177.450)
Total	(192.625)	(310.517)

14.2 – Mutação dos investimentos

Participações societárias e outros investimentos	%	Saldo em 31/12/2021	Transferência de investimentos	Capitalização de AFAC	Baixa de investimento	Dividendos a receber	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Provisão/Reversão para Perda	Saldo em 31/12/2022
Amapari S.A.	-	-	-	-	2.174	-	-	(2.174)	-	-
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50	947.461	-	-	-	(20.951)	(12.250)	88.645	-	1.002.905
Companhia Energética Sinop	24,50	174.626	-	-	-	-	-	(19.017)	107.612	263.221
Construtora Integração Ltda	-	21.527	-	-	(21.879)	-	-	352	-	-
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	145.724	(143.559)	-	-	(7.184)	(25.222)	30.241	-	-
Norte Energia S.A.	34,98	2.552.188	1.854.534	-	-	-	-	(164.855)	-	4.241.867
Transnorte Energia S.A.	49,00	-	-	19.110	-	-	-	10.237	10.280	39.627
Total		3.841.526	1.710.975	19.110	(19.705)	(28.135)	(37.472)	(56.571)	117.892	5.547.620

Participações societárias e outros investimentos	%	Saldo em 31/12/2020	Transferência para ativo mantido para venda / Baixas	Perda na Alienação	Reclassificação dividendos a receber	Dividendos recebidos	Transferencia investimento	Equivalência patrimonial	Provisão/Reversão para Perda	Saldo em 31/12/2021
Amapari S.A.	49,00	-	-	-	-	-	-	1.175	-	-
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.*	100,00	552.823	(960.550)	-	-	-	-	407.727	-	-
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50	827.896	-	-	(18.981)	-	-	82.978	55.568	947.461
Companhia Energética Sinop	24,50	277.889	-	-	-	-	-	(34.953)	(68.310)	174.626
Construtora Integração Ltda	49,00	20.955	-	-	-	-	-	572	-	21.527
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	119.303	-	-	(10.927)	(14.422)	-	51.770	-	145.724
Manaus Construtora Ltda.	30,00	11.943	-	-	-	-	(12.633)	690	-	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00	824.763	(740.382)	(108.133)	-	-	-	23.752	-	-
Norte Energia S.A.	19,98	2.638.664	-	-	-	-	-	(86.476)	-	2.552.188
Transnorte Energia S.A.	49,00	25.503	-	-	-	-	-	(11.173)	(24.130)	-
Total		5.299.739	(1.700.932)	(108.133)	(29.908)	(14.422)	(12.633)	436.062	(36.872)	3.841.526

As principais variações estão descritas na nota 2.

* A Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A foi incorporada pela Eletronorte em 30/06/2021, vide nota 1.2

14.3 - Resumo das informações dos principais empreendimento controlados em conjunto e coligadas

31/12/2022										
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50%	1.136.501	7.683.948	8.820.449	586.441	4.140.522	4.093.486	4.726.963	954.985	360.022
Companhia Energética Sinop	24,50%	214.085	2.768.719	2.982.804	137.851	1.485.522	1.359.431	1.623.373	309.785	(77.624)
Norte Energia S.A.	34,98%	1.760.261	41.668.551	43.428.812	2.254.754	29.070.142	12.103.916	31.324.896	5.565.305	(647.346)
Transnorte Energia S.A.	49,00%	26.950	337.116	364.066	4.037	28.571	331.458	32.608	57.646	11.695
TOTAL		3.137.797	52.458.334	55.596.131	2.983.083	34.724.757	17.888.291	37.707.840	6.887.721	(353.253)
31/12/2021										
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50%	1.073.113	7.438.788	8.511.901	546.168	4.098.558	3.867.175	4.644.726	896.974	326.221
Companhia Energética Sinop	24,50%	192.906	2.785.496	2.978.402	93.089	1.448.258	1.437.055	1.541.347	279.204	(142.665)
Construtora Integração Ltda	49,00%	46.097	80	46.177	981	1.263	43.933	2.244	-	1.169
Manaus Construtora Ltda	30,00%	92.588	1.105	93.693	4.507	47.151	42.035	51.658	-	2.304
Norte Energia S.A.	19,98%	1.489.913	41.641.146	43.131.059	1.678.941	28.705.845	12.746.273	30.384.786	4.836.835	(432.813)
Transnorte Energia S.A.	49,00%	27.235	308.162	335.397	1.822	52.813	280.762	54.635	22.219	9.197
Coligadas										
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	191.956	701.269	893.225	115.865	182.570	594.790	298.435	285.804	187.784
Passivo a descoberto										
Controlada em conjunto										
Amapari Energia S.A.	49,00%	61.774	1.206	62.980	2.447	65.946	(5.413)	68.393	-	(16)
TOTAL		3.175.582	52.877.252	56.052.834	2.443.820	34.602.404	19.006.610	37.046.224	6.321.036	(48.818)

14.4 - Conclusão do processo de transferência das ações da NESA

Foi aprovada, em 03 de maio de 2022, pela Assembleia Geral Extraordinária da Eletronorte, o aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.930.114.649,99 (um bilhão, novecentos e trinta milhões, cento e quatorze mil, seiscentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos), mediante a emissão de 13.951.250 (treze milhões, novecentas e cinquenta e um mil e duzentas e cinquenta) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 138,35 (cento e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos) por ação, baseado no valor patrimonial da ação ("VPA"), em 30 de setembro de 2021, a serem subscritas e integralizadas pela Eletronorte com as ações ordinárias que detém na Norte Energia S.A. ("NESA"), equivalente a 15% do capital social.

O valor de R\$ 75.580 refere-se à variação patrimonial negativa decorrente da equivalência patrimonial apurada entre o período de setembro de 2021 à junho de 2022 (R\$ 1.930.114 – valor definido na AGE 03/05/2022, e com apuração da equivalência no balancete de julho de 2022 o valor ficou em R\$ 1.854.534).

Com a transferência das ações da NESA, a Eletronorte aumentou a sua participação na NESA de 19,98% para 34,98%, e seu capital social passou de R\$ 11.576.263 (onze bilhões, quinhentos e setenta e seis milhões, duzentos e sessenta e três mil) para R\$ 13.506.377 (treze bilhões, quinhentos e seis milhões, trezentos e setenta e sete mil), com o número de ações aumentando de 154.093.501 (cento e cinquenta e quatro milhões, noventa e três mil e quinhentos e uma) para 168.044.751 (cento e sessenta e oito milhões, quarenta e quatro mil e setecentos e cinquenta e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

14.5 – Capital Circulante Líquido de Controladas em Conjunto e Coligadas

Controladas em conjunto

A Companhia mantém investimentos na Norte Energia S.A. ("NESA"), com participação societária de 34,98%, a qual incorreu em gastos significativos com pagamento de empréstimos e encargos decorrentes da conclusão da obra e sua entrada em operação. Dentre as controladas, somente esta possui, em 31 de dezembro de 2022, um Capital Circulante Líquido negativo, no valor de R\$ 518.681 (R\$ 189.028 em 31 de dezembro de 2021). No entanto, a continuidade operacional da empresa controlada em conjunto citada acima não tem necessidade de aporte de capital, pois possui capacidade de fluxo de caixa para reverter a situação momentânea do Capital Circulante Líquido negativo.

Prática Contábil

A Companhia avalia seus investimentos em controladas em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial.

NOTA 15 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	Saldo em 31/12/2021	Adição/ Constituição	Baixas / Reversões (a)	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado em serviço						
Terrenos	145.014	-	-	-	-	145.014
Barragens, reservatórios e adutoras	2.537.789	-	(1.552.804)	(180.285)	-	804.700
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.462.614	-	(448.121)	(71.862)	3.548	946.179
Máquinas e equipamentos	2.689.781	-	(1.000.261)	(182.315)	78.561	1.585.766
Veículos	7.522	-	404	(2.855)	(447)	4.624
Móveis e Utensílios	7.559	-	2.218	(645)	(5.034)	4.098
Perda estimada por irreversibilidade de ativos (Impairment) (b)	(382.690)	-	-	-	75.453	(307.237)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(203.383)	-	-	2.827	-	(200.556)
	6.264.206	-	(2.998.564)	(435.135)	152.081	2.982.588
Imobilizado em curso						
Barragens, reservatórios e adutoras	18.136	-	-	-	(6.994)	11.142
Edificações, obras civis e benfeitorias	(53.346)	3.769	-	-	(7.728)	(57.305)
Material em depósito	225.821	8.890	(3.380)	-	(117.584)	113.747
Máquinas e equipamentos	341.503	527.938	(136.792)	-	(127.767)	604.882
Móveis e Utensílios	1.031	1	-	-	293	1.325
Outros	29.906	19.496	-	-	131.956	181.358
	563.051	560.094	(140.172)	-	(127.824)	855.149
Direito de Uso						
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	35.347	-	-	(8.331)	-	27.016
Máquinas e equipamentos	824.435	-	-	(57.698)	-	766.737
	859.782	-	-	(66.029)	-	793.753
	<u>7.687.039</u>	<u>560.094</u>	<u>(3.138.736)</u>	<u>(501.164)</u>	<u>24.257</u>	<u>4.631.490</u>

(a) A Companhia em 31 de dezembro de 2022 apresentou saldo de R\$ 2.998.564 de baixas/reversões do imobilizado em serviço, dos quais R\$ 2.991.263 refere-se à baixa do valor residual da UHE Tucuruí referente à resolução do CNPE nº 15/2021 devido à indenização referente aos novos contratos de concessão.

(b) A transferência de R\$ 75.453, na rubrica de Perda Estimada por Irrecuperabilidade de Ativos (Impairment), refere-se à baixa/perda (MP 579) da usina de Coaracy Nunes que foi transferido para a rubrica de Máquinas e Equipamentos para ser apresentado pelo líquido em 2022, sem impacto no resultado e para fins de melhor divulgação dos saldos.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado: (Continuação)

	Saldo em 31/12/2020	Efeitos Incorporação	Adição/Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em serviço							
Terrenos	91.775	53.241	-	(2)	-	-	145.014
Barragens, reservatórios e adutoras	2.532.940	179.497	-	-	(174.648)	-	2.537.789
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.312.758	217.349	-	-	(76.322)	8.829	1.462.614
Máquinas e equipamentos	1.357.715	1.416.338	-	(6.417)	(158.776)	80.921	2.689.781
Veículos	9.343	37	-	-	(3.430)	1.572	7.522
Móveis e Utensílios	4.051	4.147	-	-	(639)	-	7.559
Perda estimada por irre]cuperabilidade de ativos (Impairment)	(241.436)	(240.059)	-	98.805	-	-	(382.690)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(126.673)	(81.175)	-	1.638	2.827	-	(203.383)
	4.940.473	1.549.375	-	94.024	(410.988)	91.322	6.264.206
Imobilizado em curso							
Barragens, reservatórios e adutoras	194	13.709	4.232	-	-	-	18.136
Edificações, obras civis e benfeitorias	33.314	(179.378)	42.026	-	-	50.692	(53.346)
Material em depósito	70.885	149.253	5.683	-	-	-	225.821
Máquinas e equipamentos	258.715	98.360	117.772	-	-	(133.344)	341.503
Móveis e Utensílios	9.395	(4.315)	122	(2.443)	-	(1.728)	1.031
Outros	21.315	15.723	-	(190)	-	(6.942)	29.906
	393.818	93.352	169.835	(2.633)	-	(91.322)	563.051
Direito de Uso							
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.954	-	42.238	-	(14.845)	-	35.347
Máquinas e equipamentos	-	848.476	-	-	(24.041)	-	824.435
	7.954	848.476	42.238	-	(38.886)	-	859.782
	5.342.245	2.491.203	212.073	91.391	(449.874)	-	7.687.039

Taxa média de depreciação e custo histórico

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço								
Terrenos	-	145.014	-	145.014	-	145.014	-	145.014
Barragens, reservatórios e adutoras	2,07%	7.562.459	(6.757.759)	804.700	2,07%	9.108.483	(6.570.694)	2.537.789
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,53%	3.670.280	(2.724.101)	946.179	2,54%	4.109.574	(2.646.960)	1.462.614
Máquinas e equipamentos	3,52%	19.921.835	(18.336.069)	1.585.766	3,52%	20.546.979	(17.857.198)	2.689.781
Veículos	14,29%	59.000	(54.376)	4.624	14,29%	59.006	(51.484)	7.522
Móveis e Utensílios	6,25%	26.451	(22.353)	4.098	6,25%	29.067	(21.508)	7.559
Perda estimada por irreversibilidade de ativos (Impairment)	-	-	-	(307.237)	-	-	-	(382.690)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	0,46%	(548.434)	347.878	(200.556)	0,46%	(267.302)	63.919	(203.383)
		30.836.605	(27.546.780)	2.982.588		33.730.821	(27.083.925)	6.264.206
Imobilizado em curso		855.149	-	855.149		563.051	-	563.051
Direito de uso								
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	16,60%	45.384	(18.368)	27.016	16,60%	106.760	(71.413)	35.347
Máquinas e equipamentos	3,33%	1.735.730	(968.993)	766.737	3,33%	1.702.073	(877.638)	824.435
		1.781.114	(987.361)	793.753		1.808.833	(949.051)	859.782
		33.472.868	(28.534.141)	4.631.490		36.102.705	(28.032.976)	7.687.039

Prática Contábil

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 17.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Companhia. A depreciação desses ativos inicia quando estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões. A Companhia considera que a vida útil estimada pela ANEEL para os itens do imobilizado expressam adequadamente o tempo de vida útil dos bens, por isso adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL.

A infraestrutura de transmissão de energia elétrica da Companhia não está classificada no Imobilizado, em razão das características contratuais das concessões. Os direitos às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão são registrados na rubrica Ativo Contratual de Transmissão, vide a nota 11.

Os ativos de Direito de Uso são depreciados também linearmente, pelos prazos contratuais de arrendamentos.

NOTA 16 – INTANGÍVEL

Em junho de 2022, a Companhia celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica em substituição aos contratos de concessão vigentes para as usinas hidrelétricas contempladas pela Lei nº 14.182/2021.

	Saldo em 31/12/2021	Adição/ Constituição	Baixas/Reversões	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Intangível em serviço						
Concessões (a)	2.902.800	26.284.738	(1.156)	(815.421)	-	28.370.961
Outros	60.077	-	-	(30.081)	-	29.996
	2.962.877	26.284.738	(1.156)	(845.502)	-	28.400.957
Intangível em curso						
Software (b)	8.337	36.119	-	-	(24.257)	20.199
Outros	716	-	-	-	-	716
	9.053	36.119	-	-	(24.257)	20.915
	2.971.930	26.320.857	(1.156)	(845.502)	(24.257)	28.421.872

	Saldo em 31/12/2020	Adição/ Constituição	Baixas/Reversões	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Intangível em serviço						
Software	391	771	-	(995)	(167)	-
Concessões (a)	96.125	3.029.305	(27.440)	(195.190)	-	2.902.800
Servidões	(5.356)	-	(41.213)	(3)	46.572	-
Outros	27.680	79.799	-	(4.811)	(42.591)	60.077
	118.840	3.109.875	(68.653)	(200.999)	3.814	2.962.877
Intangível em curso						
Software	7.656	15.973	(12.174)	-	(3.118)	8.337
Servidões	655	-	-	-	(655)	-
Outros	265	672	(180)	-	(41)	716
	8.576	16.645	(12.354)	-	(3.814)	9.053
	127.416	3.126.520	(81.007)	(200.999)	-	2.971.930

(a) O saldo de concessões é composto pelos valores da repactuação do risco hidrológico e as adições provenientes dos novos contratos de concessão assinados em junho de 2022.

Os valores referentes à aquisição e implantação e/ou direito de uso de softwares possuem taxa média anual de amortização de 20%.

(b) Transferido para o ativo imobilizado.

Taxa média de amortização e custo histórico

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa média de Amortização a.a.	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de Amortização a.a.	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Intangível em serviço								
Concessões (a)	3,25%	29.481.105	(1.110.144)	28.370.961	22,62%	3.197.523	(294.723)	2.902.800
Outros	5,22%	160.734	(130.738)	29.996	5,22%	160.734	(100.657)	60.077
		29.641.839	(1.240.882)	28.400.957		3.358.257	(395.380)	2.962.877
Intangível em curso								
Software		20.199	-	20.199		8.337	-	8.337
Outros		716	-	716		716	-	716
		20.915	-	20.915		9.053	-	9.053
Total		29.662.754	(1.240.882)	28.421.872		3.367.310	(395.380)	2.971.930

(a) Os contratos de usinas não cotistas são amortizados substancialmente de forma linear, a partir de julho de 2022.

A alteração da taxa média de amortização da rubrica de Concessões é em decorrência do reconhecimento do intangível em junho de 2022 com vida útil de 30 anos.

O fluxo de amortização das novas concessões se dará da seguinte forma:

2023	2024	2025	2026	2027 a 2051	2052
860.990	865.223	869.456	873.689	877.922	438.961

Prática Contábil

O intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo e subsequentemente deduzido pela amortização e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 16.

O intangível da Companhia é formado substancialmente pelos direitos adquiridos de explorar empreendimentos de geração de energia elétrica além dos prazos originais das concessões, que foram adquiridos no processo de repactuação do risco hidrológico, ocorrido em 2021, e no processo de desestatização da Eletronorte, ocorrido em 2022.

O custo inicial dos intangíveis provenientes da repactuação do risco hidrológico foi formado com base no valor presente líquido, calculado pela Câmara de Comercialização de Energia elétrica - CCEE, originado pelo prazo estendido para as concessões. A amortização desse custo será linear, considerando o prazo estendido para as concessões.

O custo inicial dos intangíveis provenientes do processo de desestatização da Eletronorte foi formado com base no valor das obrigações e indenizações determinadas pela Lei 14.182/2021, vide a nota 1.1. Os intangíveis provenientes do processo de desestatização da Eletronorte serão amortizados de forma linear.

NOTA 17 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

Impactos da Lei 14.182/2021 com assinatura de novos contratos de concessão para as UHEs Tucuruí, Curuá-Una e Coaracy Nunes.

Para os contratos comercializados no ACR foram considerados os parâmetros dos contratos atualmente vigentes da Companhia além da Receita Anual de Geração (RAG) homologada para a UHE Coaracy Nunes conforme Resolução Homologatória (REH) nº 3.068/2022.

A UHE Coaracy Nunes, terá sua energia descotizada, nos termos da Lei 14.182/2021, que considera, a partir do ano de 2023 a descotização de 20% da energia por ano, passando para o Ambiente de Contratação Livre, ou seja, em 2027 toda a sua energia poderá ser comercializada no ACR/ACL.

Quanto a energia destinada ao ACL, foram consideradas premissas de comercialização definidas pela Holding para todas as empresas do sistema Eletronorte considerando as melhores informações de mercado disponíveis no momento.

A projeção de impostos, tributos, e contribuições seguiu os parâmetros existentes na legislação atual.

Pessoal, Material, Serviços e Outros: para os custos e despesas operacionais foram consideradas as informações previstas no Planejamento Estratégico pela Companhia aprovado com base na metodologia Orçamento Base Zero (OBZ).

A depreciação/amortização projetada levou em consideração o tempo de vida útil de acordo com o respectivo prazo de cada concessão.

Investimentos: O programa de investimentos foi considerado a partir das informações contratadas previstas para operação e manutenção dos ativos.

A determinação da taxa de desconto utilizada segue a política das empresas do Grupo Eletronorte e baseia-se na metodologia do Capital Asset Pricing Model – CAPM, levando em conta parâmetros de mercado e a distinção dos períodos que há a fruição do Benefício Fiscal da SUDAM.

Abaixo as premissas utilizadas para a geração:

Premissas Físicas	UGC						
	Tucuruí	Curuá-una	Samuel	Coaracy Nunes	Balbina	Mauá 3	Aparecida
Potência Instalada - Mwmédios	8.535,0	42,8	216,8	78,0	249,8	590,8	166,0
Fator de Capacidade - %	46,8%	71,0%	42,8%	79,7%	53,0%	85,9%	90,4%
Garantia Física - Mwmédios	3.995,5	30,4	92,7	62,2	132,3	507,2	150,0
Perdas de Transmissão - %	3,6%	3,8%	4,0%	0,7%	4,6%	4,9%	2,3%
Energia Disponível - MWmédios	3.853,9	29,3	89,0	61,8	126,2	482,4	146,5

Abaixo a Companhia apresenta os percentuais analisados com relação aos custos de pessoal, materiais e serviços:

UGC	Rateio %
Tucuruí	26,56%
Curuá-Una	0,08%
Samuel	1,29%
Coaracy Nunes	0,28%
Balbina	3,26%
Mauá 3	8,72%
Aparecida	2,57%

Abaixo a Companhia apresenta os percentuais de dedução dos encargos conforme legislação vigente:

Deduções	Tucuruí	Curuá-Una	Samuel	Coaracy Nunes	Balbina	Mauá 3	Aparecida
ICMS	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	18,00%	0,00%	18,00%
PIS/PASEP/COFINS	9,25%	9,25%	9,25%	9,25%	9,25%	9,25%	9,25%
TFSEE	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%
RGR	2,60%	2,60%	2,60%	2,60%	2,60%	2,60%	2,60%
P&D	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%

Seguem abaixo as posições de perda estimada por irrecoverabilidade de ativos (impairment) no exercício:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Geração	Total	Geração	Total
Imobilizado	307.237	307.237	307.237	307.237
	307.237	307.237	307.237	307.237

Não houve movimentação das estimativas para perda por irrecoverabilidade no exercício de 2022.

Prática Contábil

A Companhia avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros (investimentos em participações societárias, imobilizado e intangível). A avaliação é realizada por Unidade Geradora de Caixa - UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

O valor recuperável do ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

Por não haver mercado ativo para a negociação dos seus ativos e por acreditar que o cálculo do valor justo a partir de premissas do mercado se aproximariam do valor em uso, na maior parte dos testes de impairment, a Companhia admite como valor recuperável o valor em uso, que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com taxa de desconto que reflete a avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, o valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

NOTA 18 – FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Bens, Materiais e Serviços	342.296	501.012
Energia Comprada para Revenda	272.556	260.475
CCEE - Energia de curto prazo	1.347	15
Total	616.199	761.502

Em 31 de dezembro de 2022, a Eletronorte, com respaldo jurídico, realizou a baixa de um passivo no montante de R\$ 266.350. Esse montante refere-se a um impasse com o fornecedor de combustível acerca do repasse sobre a compra de combustíveis para operação de suas usinas térmicas, devido ao descasamento entre o preço praticado pelo fornecedor e o preço dos combustíveis divulgado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), no período de janeiro de 2009 a abril de 2011. Ao todo, R\$ 56.648 desse montante são referentes a essa divergência, enquanto R\$ 209.702 referem-se à atualização monetária dessa dívida. A baixa teve como contrapartida Outras Receitas, conforme evidenciado na nota 39.

Note-se que, consoante previsão contida no artigo 206, §5º, I, do Código Civil brasileiro, prescreve em 5 (cinco) anos o prazo para o exercício da pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular, hipótese que se amolda ao presente caso.

Ainda que se interpretasse como controvérsia relacionada à responsabilidade contratual, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que se aplicaria a regra geral do art. 205 do Código

Civil, que prevê dez anos de prazo prescricional. Os créditos em discussão remontam, em última data, o ano de 2011. Logo, também estaria prescrita a pretensão de cobrança sob esse viés.

Prática Contábil

As obrigações com os fornecedores da Companhia são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações.

NOTA 19 – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil é divulgada a seguir:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa Média Anual	Circulante	Não Circulante	Taxa Média Anual	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
Empresas do Grupo:						
ELETOBRAS	6,66%	94.510	134.488	6,66%	106.436	248.368
		94.510	134.488		106.436	248.368
Moeda Nacional						
Empresas do Grupo:						
ELETOBRAS	13,87%	409.926	1.483.571	7,00%	528.449	1.132.083
		409.926	1.483.571		528.449	1.132.083
Instituições financeiras:						
Banco do Brasil	15,48%	74.959	36.843	10,00%	75.190	110.526
Bradesco BBI	14,53%	337.405	416.666	5,27%	263.715	777.681
BASA	2,94%	11.974	132.909	8,50%	11.655	144.627
State Grid	10,00%	47.426	289.667	10,00%	45.597	323.797
		881.690	2.359.656		924.606	2.488.714

	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa Média Anual	Circulante	Não Circulante	Taxa Média Anual	Circulante	Não Circulante
Debêntures						
Bradesco (debênture ELN)	CDI + 2,60% a.a.	252.522	208.333	CDI + 2,60% a.a.	253.190	458.334
Bradesco (debênture AmeGT)	CDI + 2,75% a.a.	170.107	111.111	CDI + 2,75% a.a.	170.658	277.778
		422.629	319.444		423.848	736.112
Total Financiamentos, empréstimos e debêntures		1.398.829	2.813.588		1.454.890	3.473.194

Em dezembro de 2022, foi captado um empréstimo de cerca de R\$ 815.328 junto à Eletronorte, sendo R\$ 800.000 com o objetivo de arcar com parte dos pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios de 2021, por meio de encontro de contas. Este empréstimo possui uma taxa fixa de juros de 13,5% ao ano, calculados *pro rata tempore* sobre o saldo devedor com vencimento no dia 30 de cada mês a partir da data de assinatura (13 de dezembro de 2022), e a Companhia deverá quitá-lo em uma parcela única ao final de dez anos.

19.1 – Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	4.928.084	3.086.696
Captação	815.328	-
Juros, encargos, Variações monetária e cambial incorridos	434.148	341.951
Juros Pagos	(499.276)	(302.147)
Amortização do Principal	(1.465.867)	(594.841)
Efeitos da Incorporação	-	2.396.425
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	4.212.417	4.928.084

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento assim programado:

2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
1.398.829	1.107.921	413.031	167.485	117.780	1.007.371	4.212.417

19.2 – Garantias

A Eletronorte tem investimento nas companhias abaixo listadas, que por sua vez possuem contratos de financiamento nessas instituições financeiras. A Companhia é obrigada a garantir esses empréstimos no percentual de sua participação, Norte Energia S.A – 34,98% e SINOP – 24,50%.

O montante garantido para as investidas é de R\$ 3.566.479, em 31 de dezembro de 2022, e é apresentado no quadro abaixo.

Garantidora	Modalidade	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2022	Término da Garantia
BNDES	SPE	Norte Energia	1.533.038	15/01/2042
BNDES	SPE	Norte Energia	463.078	15/03/2041
CEF	SPE	Norte Energia	1.152.087	15/01/2042
BTG Pactual	SPE	Norte Energia	329.168	15/01/2042
BNDES	SPE	UHE Sinop	70.651	15/06/2038
Emissão de Debêntures	SPE	UHE Sinop	18.457	15/06/2032
Garantias empresas investidas			3.566.479	

19.3 - Obrigações Assumidas - *Covenants*

A Eletronorte possui cláusulas de *covenants* em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes a: atendimento de certos índices financeiros (Dívida Líquida sobre EBITDA, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, entre outros). Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de *covenants* no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Prática Contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação e atualizados subsequentemente pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados.

NOTA 20 – ARRENDAMENTOS

O passivo de arrendamento refere-se principalmente aos contratos junto à produtores independentes, imóveis, veículos e máquinas. O prazo da locação corresponde ao período não terminável. A maioria dos contratos não oferece opções de renovação.

A movimentação do passivo é demonstrada no quadro a seguir:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	636.831	745.817
Novos Contratos	-	53.368
Juros Incorridos	527.746	368.487
Pagamentos (a)	(686.237)	(530.841)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	478.340	636.831

- a) A maior parte do arrendamento mercantil registrado se refere a uma operação de compra de energia que tem o aluguel das máquinas embutido no contrato. Os pagamentos incluem a atualização monetária desses valores, que são incorporadas ao passivo, durante o exercício.

Os aluguéis fixos e variáveis, bem como aqueles relacionados a contratos de curto prazo e de baixo valor, foram os seguintes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamentos de curto prazo	3.545	740
Arrendamentos de baixo valor	529	127

Os vencimentos dos passivos não circulantes estão demonstrados no quadro a seguir:

	31/12/2022
2024	192.282
2025	87.171
2026	7.035
Total	286.488

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme o período previsto para pagamento.

	31/12/2022	31/12/2021
Contraprestação do arrendamento	686.237	530.841
PIS/COFINS potencial (9,25%)	63.477	49.103

Prática Contábil

A Companhia reconhece inicialmente os passivos de arrendamentos pelo valor presente do fluxo futuro de pagamentos dos arrendamentos, sem refletir a inflação projetada. Subsequentemente, os passivos de arrendamentos são atualizados pelos juros, correção monetária estabelecidas pelos contratos e pelos pagamentos de arrendamentos realizados.

A taxa de juros utilizadas para calcular o valor presente das obrigações com arrendamentos é formada pela taxa de juros do tesouro americano (taxa livre de risco) mais o spread de risco da Eletronorte menos percentual de desagravo decorrente das garantias envolvidas nos contratos de arrendamentos.

Os juros transcorridos são reconhecidos na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES COM A CONTROLADORA

A movimentação dos saldos em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

Passivo Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	123.421
Pagamento de juros	(47.820)
Encargos da dívida	69.873
Transferências	174.681
Saldo em 31 de dezembro de 2022	320.155
Passivo Não Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.826.326
Pagamento de juros	(246.301)
Encargos da dívida	165.129
Transferências	(174.681)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.570.473

I - Em dezembro de 2021, a Eletronorte celebrou Termo de Renegociação de Dívida em 60 meses, com a Eletronorte, decorrente do processo de incorporação da Amazonas GT, esta renegociação foi oriunda dos processos nº 0039286-87.2009.4.01.3400 e nº 0013391-90.2010.4.01.3400, da Amazonas Energia S.A. com os produtores independentes El Paso Rio Negro e El Paso Amazonas, ações monitoradas identificadas. O contrato é atualizado mensalmente pelo CDI acrescido de 1,5% ao ano.

II - Em dezembro de 2021, também foram firmados contratos de renegociação de dívidas com a controladora, em 107 parcelas oriundo da dívida de dividendos de 2014. O contrato é atualizado mensalmente pelo CDI acrescido de 1,75% ao ano.

NOTA 22 – TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
PIS/COFINS Parcelamento	109.927	-
IRRF/CSRF	157.506	-
INSS/FGTS	7.914	15.631
PAES/REFIS	8.410	-
ISS	115	-
Outros	486	1.814
Total	284.358	17.445
Passivo não circulante		
PIS/COFINS Parcelamento	405.930	-
IR/CS Parcelamento	115.776	101.016
Total	521.706	101.016

Conforme Resolução número 30, de 21 de dezembro de 2021, do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, foi estabelecido o valor adicionado pelos novos contratos de concessões. Para o cálculo do valor de bonificação pela outorga dos novos contratos de concessões foram considerados as indenizações por investimentos ainda não amortizados referente aos Projetos Básicos das UHE's.

Os valores das indenizações foram tributados pelo PIS/COFINS e pelo Imposto de renda e contribuição social conforme legislação vigente impactando fortemente o passivo tributário do período. Tendo em vista a relevância dos valores apurados, os tributos IRPJ e CSLL foram pagos e os valores referentes às contribuições do PIS/COFINS foram parcelados em 5 (cinco) anos.

A Companhia possui também parcelamentos de PIS/COFINS e Imposto de Renda e Contribuição Social oriundos da Amazonas Geração e Transmissão.

NOTA 23 – ENCARGOS SETORIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	205.051	166.558
Quota RGR	143.454	135.256
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	31.510	40.229
Quota CDE	23.394	12.282
Quota PROINFA	14.140	6.143
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	6.255	3.322
	423.804	363.790

Os valores registrados no passivo como encargos setoriais possuem contrapartida em contas de resultado, como deduções da receita operacional.

23.1 – Reserva Global de Reversão (RGR)

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos das concessionárias e permissionárias, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço.

23.2 – Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Companhia arrecada os recursos da CDE junto aos seus consumidores de energia elétrica e repassa à Eletrobras que é o órgão responsável pela movimentação financeira. Dessa forma, o ingresso e repasse desse recurso não afeta o resultado contábil da Companhia.

23.3 – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de abril de 2002, que busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

23.4 – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

A Companhia, na condição de empresa concessionária de energia elétrica, está obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 0,4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 0,4% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL; e (iii) 0,2% para o Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

23.5 – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, para fins de geração de energia elétrica, foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

As concessionárias pagam 6,75% a.a. do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

Prática contábil

A Companhia reconhece como obrigações a recolher os encargos setoriais calculados com base na receita bruta do período, de acordo com os percentuais estabelecidos pelas leis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita líquida, como redutores da receita bruta.

NOTA 24 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos do exercício de 2021	-	1.741.370
Dividendos não reclamados	2.914	2.441
Dividendos retidos de exercícios anteriores	-	738.840
Juros sobre o capital próprio	739.268	-
Total	742.182	2.482.651

O valor de R\$ 739.268, na linha de JCP, está apresentado pelo valor líquido. Sendo o montante de R\$ 869.728 o valor bruto e a diferença de R\$ 130.459, o valor do imposto de renda na alíquota de 15%, registrado no grupo de Tributos a Recolher.

	31/12/2021	Constituição	Atualização	Transferência*	Pagamento Principal	Pagamento Encargos	31/12/2022
Dividendos de exercícios anteriores e mín. obrigatório - 2022	1.741.370	869.728	184.161	(930.460)	(940.893)	(184.165)	739.741
Dividendos não reclamados	2.441	-	-	-	-	-	2.441
Dividendos residuais do exercício de 2019	738.840	-	23.015	53.821	(738.840)	(76.836)	-
TOTAL	2.482.651	869.728	207.176	(876.639)	(1.679.733)	(261.001)	742.182

A companhia realizou a quitação dos dividendos do exercício de 2021 e dos dividendos de exercícios anteriores, no montante de R\$ 2.740.734, sendo que, R\$ 800.000 foi por meio de encontro de contas entre a Eletronorte e a Eletrobras, através de contrato de empréstimo, conforme nota 19, portanto, a saída de caixa da Companhia para a quitação dos dividendos foi de R\$ 1.940.734, conforme demonstrado na DFC na linha de Pagamento de remuneração aos acionistas.

A Companhia constituiu, em dezembro de 2022, a título de dividendos, na forma de JCP, o montante de R\$ 869.728.

*Do montante de R\$ 930.460 da coluna de Transferência, R\$ 800.000 refere-se ao encontro de contas através de empréstimo, conforme mencionado acima, e R\$ 130.460 refere-se ao valor de IR a pagar, na alíquota de 15%, do JCP.

Prática Contábil

A Companhia possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e

alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

NOTA 25 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia apresenta no passivo não circulante, valores correspondentes a AFAC, conforme movimentação abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Adições	8.829.806
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.829.806

Em junho de 2022 a Eletrobras aprovou a concessão de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC com recursos ordinários da Eletrobras, no valor de R\$ 8.829.806, em favor da Eletronorte para pagamento do bônus de outorga. O valor do AFAC será capitalizado através de aumento de capital, em até 12 meses a partir da assinatura. Não ocorrendo integralização no prazo estabelecido os valores serão atualizados pela taxa SELIC.

O valor total ou parcial do contrato de AFAC, poderá ser convertido em dívida, a qualquer tempo, a critério da Eletrobras, em condições a serem acordadas pelas partes em momento oportuno.

Prática Contábil

Os recursos recebidos da Eletrobras, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, são classificados no passivo não circulante quando a totalidade das condições para a integralização desses recursos no capital social da Companhia não estiverem satisfeitas, principalmente no que se relaciona com a quantidade de ações.

Após o período de um ano, os adiantamentos para futuro aumento de capital não integralizados passam a ser atualizados por indexador estabelecido contratualmente.

NOTA 26 – CONTRATOS ONEROSOS

Geração	Saldo em 31/12/2021	Reversão	Saldo em 31/12/2022
Coaracy Nunes	10.517	(10.517)	-
	10.517	(10.517)	-

Prática Contábil

No processo de teste de impairment dos ativos da Companhia, se verificado contratos de concessão cujos custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo contrato, a diferença é registrada no passivo, como provisão de contrato oneroso, e na demonstração de resultados, no grupo de provisões operacionais.

NOTA 27 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

27.1 Benefício pós emprego

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte) oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos – BD, Contribuição Definida – CD, Contribuição Variável – CV e Benefício Saldado.

Devido à estrutura descentralizada da Companhia, cada controlada patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Eletronorte				
Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
X		X	X	X

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
- Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados da Companhia.

Obrigações de benefício pós-emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	31/12/2022	31/12/2021
Planos de saúde e de seguro de vida	61.073	106.740
Total das obrigações de benefícios pós emprego	61.073	106.740
Não circulante	61.073	106.740
	61.073	106.740

A redução do Plano de saúde foi decorrente do novo PDC, devido à Companhia ter optado em indenizar os colaboradores que aderiram ao Plano, na forma de pagamento em pecúnia,

diferente do anterior, onde a Companhia concedeu três anos do benefício, reconhecendo as obrigações no balanço patrimonial.

27.1.1 Planos previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas (a)	417.560	460.619
(-) Valor justo dos ativos do plano (b)	(866.571)	(855.757)
Teto do ativo	449.011	395.138
Passivo/(Ativo) líquido	-	-
Custo de serviço corrente líquido	3.678	483
Custo de juros líquidos	-	555
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	3.678	1.038

(a) Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	75.429	517.789
Custo de serviço corrente	4.669	483
Juros sobre a obrigação atuarial	6.972	31.116
Benefícios pagos no ano	(7.685)	(42.400)
Contribuições Normais do Participante	51	695
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(4.461)	(47.064)
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(5.425)	(98.346)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	964	32.288
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	18.994
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	74.975	460.619

A redução é devido à saída de parte da força de trabalho da Companhia, que aderiram ao PDC, saindo da base de cálculo dos beneficiários da Previdência Complementar, impactando positivamente na redução de custos para a Eletronorte.

(b) Valor justo dos ativos do plano

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos em empreendimentos imobiliários, para aluguel e renda, são determinados pelo método comparativo direto de dados de mercado, com a adoção dos procedimentos matemáticos recomendados pelas NBR-14653-1 e 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	855.757	949.282
Benefícios pagos durante o exercício	(48.411)	(42.400)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	421	695
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	421	4.227
Rendimento esperado dos ativos no ano	78.854	57.833
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(20.470)	(113.880)
Rendimento efetivo dos ativos no ano	866.572	855.757
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	58.384	(56.047)

27.1.2 Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

	Hipóteses Econômicas	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,21%	5,40%
Projeção de aumento médio dos salários	1,53%	2,13%
Taxa média de inflação anual	4,00%	4,00%

	Hipóteses Demográficas	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT – 2000 Feminina (Agravada em 15%)	AT – 2000 Feminina (Agravada em 15%)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 49 desagravada em 2 anos	AT- 49 desagravada em 2 anos
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

27.1.3 Planos de saúde e seguro de vida

	31/12/2022	31/12/2021
Balanco Patrimonial		
Valor presente das obrigações atuariais (a)	76.122	87.971
Passivo/(Ativo) líquido	76.122	87.971
Demonstração do Resultado		
Custo de serviço corrente líquido	639	1.802
Custo de juros líquidos	15.288	6.499
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	15.927	8.301

(a) Valor presente das obrigações atuariais

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos de saúde e seguro de vida, são as seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	87.971	101.085
Custo de serviço corrente	639	1.803
Juros sobre a obrigação atuarial	15.288	6.498
Benefícios pagos no ano	(45.698)	(8.961)
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(73.321)	(12.454)
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	(12.486)
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(5.518)	(22.078)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(67.803)	22.110
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	(15.121)	87.971

27.1.4 - Resultados consolidados atuariais

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de vida reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no exercício:

	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício líquidos dos impostos diferidos - Programa Previdenciário	(31.601)	(24.477)

27.1.5 Contribuições patronais

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

Programa Previdenciário	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2022	45.237	41.291	37.494	33.990	259.549	417.560

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 4.176 ou aumento de R\$ 4.176, respectivamente.

	Cenário I (+1%)	Cenário II (-1%)
Obrigação de benefício definido	421.736	413.384

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

Prática Contábil

Planos previdenciários

A Companhia patrocina planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável.

- Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

A Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

- Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou

mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados

NOTA 28 – PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte envolvida em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento

28.1 – Provisões para Litígios

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	31/12/2022	31/12/2021
Não Circulante		
Cíveis	338.269	483.871
Trabalhistas	57.063	68.266
Tributárias	14.228	7.541
Ambientais	1.190	-
Regulatórios	101.508	70.242
	<u>512.258</u>	<u>629.920</u>

As provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a seguinte evolução:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	629.920
Constituição de provisões	961.977
Reversão de provisões	(529.642)
Depósitos judiciais	(31.450)
Baixas	(116.834)
Pagamentos	(401.713)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	512.258

A movimentação da constituição de contingências está relacionada à revisão de estimativas em razão da evolução de decisões na fase de execução e liquidação dos processos judiciais em sua maioria relacionado a processos cíveis, com destaque para os processos de Sérgio Vergueiro com atualização no valor de R\$ 61.826, AES Sul Distribuidora no valor de R\$ 22.939 e Cetenco Engenharia S.A no valor de R\$ 171.663.

Do montante de R\$ 401.713 em pagamentos, R\$ 387.500 são referentes ao processo da Cetenco Engenharia S.A., quitado via acordo judicial em novembro de 2022.

As provisões para litígios relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada provável, são discutidos a seguir:

28.1.1 – Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações judiciais cíveis de R\$ 338.269 (R\$ 483.871 em 31 de dezembro de 2021), sendo está a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos cíveis discutem-se, conforme principal processo descrito abaixo:

Ação de desapropriação – UHE Balbina: desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 374.112 (R\$ 237.142 em 31 de dezembro de 2021).

28.1.2 – Tributárias

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações tributárias de R\$ 14.228 (R\$ 7.541 em 31 de dezembro de 2021), sendo está a estimativa provável de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos tributários discutem-se principalmente várias provisões que, individualmente são de menor relevância, e basicamente são decorrentes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e tributos federais junto à Receita Federal do Brasil.

28.1.3 – Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações judiciais trabalhistas de R\$ 57.063 (R\$ 68.266 em 31 de dezembro de 2021), sendo está a estimativa provável de desembolso de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos trabalhistas discutem-se principalmente horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária.

28.1.4 – Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações judiciais regulatórias de R\$ 101.508 (R\$ 70.242 em 31 de dezembro de 2021), sendo está a estimativa provável de desembolso de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos regulatórios discutem-se, conforme principal processo descrito abaixo:

AES Sul: trata-se de ação proposta por distribuidora de energia contra ato ordinatório da ANEEL, Despacho 288/02, que suspendeu a contabilização e liquidação pela CCEE de valores supostamente devidos à autora na comercialização da energia elétrica de Itaipu binacional. Alega a autora que a escolha pela não opção do alívio de exposição gerou uma receita contábil considerável, dos quais a Eletronorte teria que arcar com o pagamento de aproximadamente 50 milhões de reais (valor histórico – ano 2002). A Eletronorte figura no polo passivo da demanda porque foi beneficiária das alegadas perdas financeiras suportadas pela AES. O valor atualizado do processo é de R\$ 89.110 em 31 de dezembro de 2022.

28.2 – Passivos Contingentes

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	1.258.204	1.081.564
Trabalhistas	62.895	93.980
Tributárias	393.205	379.905
Ambientais	3.676	-
Regulatórios	21.389	8.812
Outros	252.117	169.915
	<u>1.991.486</u>	<u>1.734.176</u>

28.2.1 – Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações judiciais cíveis de R\$ 1.258.204 (R\$ 1.081.564 em 31 de dezembro de 2021), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão.

Cobrança de correção monetária e juros por atraso de pagamento: ação Judicial de cobrança objetivando o recebimento de correção monetária e juros por atraso de pagamentos de faturas, em virtude da correção monetária desproporcional ao valor real da moeda, pela supressão e utilização de índices divorciados da realidade contratual. A Companhia sustenta que as partes realizaram composição de todas suas pendências firmando “Contrato de Reconhecimento, Consolidação e Pagamento de Débitos e outras avenças”, e, que o direito reclamado se encontra prescrito e quitado. Em 31 de dezembro de 2022 o valor atualizado da causa é de R\$ 694.117 (R\$ 587.894 em 31 de dezembro de 2021).

Ação indenizatória e antecipação de tutela: ação trata de rescisão contratual cumulada com obrigações de fazer e não fazer, com pedido de tutela de urgência, no montante de R\$ 299.715 (R\$ 277.863 em 31 de dezembro de 2021).

Ação Declaratória: ação referente à discussão de cláusulas contratuais com construtora em decorrência da elaboração do projeto de implantação da UTE Mauá 3, no montante de R\$ 187.161 em 31.12.2022 (R\$ 164.320 em 31.12.2021).

28.2.2 – Tributárias

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações judiciais tributárias com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 393.205 (R\$ 379.905 em 31 de dezembro de 2021).

PIS/PASEP e COFINS: A Companhia discutia na esfera administrativa, auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal no montante de R\$ 161.596. No entendimento da Receita Federal a correção de contratos anteriores a outubro de 2003, pelo IGPM, descaracteriza o caráter predeterminado do preço, de forma que após o primeiro reajuste o regime de tributação seria o da não-cumulatividade. Contudo, existem precedentes judiciais em sentido oposto, favoráveis, à tese da Companhia.

O processo encontra-se pendente de julgamento. O valor atualizado da causa em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 192.151 (R\$ 162.340 em 31 de dezembro de 2021).

Crédito escritural de ICMS: refere-se à execução fiscal distribuída em 20.12.2004 pelo Estado de Roraima para a exigência de multa de 200% decorrente de transferência supostamente irregular de crédito escritural de ICMS.

Após os devidos trâmites nos autos dos EEF, o TJRR deu provimento aos EDs da empresa para sanar a omissão, modificando o acórdão da apelação nº 0013562- 84.2010.8.23.0010 (antiga nº 0010.10.013562-2) de modo a julgar procedentes os embargos à execução e extinguir o crédito tributário executado.

28.2.3 – Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações judiciais trabalhistas de R\$ 62.895 (R\$ 93.980 em 31 de dezembro de 2021), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão.

A redução se deve principalmente à mudança do grau de risco de possível para remoto de vários processos pulverizados.

28.2.4 – Outras

Ação indenizatória de desapropriação fundiária: ação trata de pedido de indenização de desapropriação fundiária. Já foi proferida sentença de ilegitimidade da parte autora referente à posse do imóvel em processo semelhante. Saldo do processo em 31 de dezembro de 2022 monta R\$ 234.988 (R\$ 156.187 em 31 de dezembro de 2021).

28.3 – Demais assuntos tributários

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre o tratamento do imposto de renda sobre o lucro. A interpretação requer que a Eletronorte: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Companhia. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil. Com base nos requerimentos da norma ICPC 22/IFRIC 23, a Eletronorte avaliou as suas operações e concluiu que sua posição fiscal e contábil está em conformidade com o tratamento fiscal utilizado.

Decisão do STF - Matéria tributária transitada em julgado

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão por unanimidade, considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Companhia não identificou processos judiciais relevantes relacionados com os seus tributos recolhidos de forma continuada, portanto a Centrais Elétricas do Norte do Brasil não foi, neste momento, impactada pela decisão do STF.

Prática Contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

A avaliação de riscos é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 29 – OBRIGAÇÕES LEI Nº 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo obrigações de: (i) pagamento à CDE e (ii) implementação de programas de revitalização das bacias hidrográficas e projetos na Amazônia Legal.

	Conta de Desenvolvimento Energético	Revitalização das Bacias Hidrográficas
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	-	-
Adição	10.127.878	2.256.807
Atualização monetária	58.729	7.760
Encargos	324.086	63.054
Juros pagos	(10.669)	-
Amortização do principal	(1.742.802)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	8.757.222	2.327.621

As parcelas das obrigações com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos a valor presente, com taxa 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

	Conta de Desenvolvimento Energético ¹	Revitalização das Bacias Hidrográficas ²
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	-	-
Adição	10.127.878	2.256.807
Atualização monetária	58.729	7.760
Encargos	324.086	63.054
Juros pagos	(10.669)	-
Amortização do principal	(1.742.802)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	8.757.222	2.327.621

¹ Final em 2047; e

² Final em 2032.

Na nota 40.3.4, é demonstrado o fluxo de pagamentos (valores futuros) das obrigações da Lei 14.182/2021, determinados pela Resolução CNPE 015/2021, corrigidos monetariamente pelo IPCA.

Prática contábil

As obrigações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras) foram reconhecidas inicialmente a partir dos valores apresentados na Resolução CNPE 015/2021, alterada Pela Resolução CNPE 030/2021. Subsequentemente, essas obrigações são atualizadas pelos juros transcorridos, pela atualização monetária (IPCA) e pelos pagamentos realizados.

A taxas de juros das obrigações não foram apresentadas diretamente na Resolução CNPE 015/2021, em razão disso, foram calculadas, de forma implícita, a partir do valor presente das obrigações, do fluxo futuro de pagamentos e do prazo de pagamento.

Os juros e as atualizações monetárias transcorridas são registrados na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

NOTA 30 - OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Provisão de férias	105.800	125.019
Processos de desligamento	298.298	27.205
Folha de Pagamento	103.830	41.736
Encargos sobre folha de pagamento	178.135	72.455
Encargos sobre férias	34.999	-
Participações nos Lucros/Resultados	59.417	111.367
Outros	16.087	17.943
	796.566	395.725
Não Circulante		
Processos de desligamento	-	64.038
	-	64.038
Total	796.566	459.763

Prática Contábil

As estimativas com obrigações trabalhistas e os respectivos encargos trabalhistas são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período, à medida que os empregados obtêm direitos de recebimentos futuros.

NOTA 31 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

31.1 - Albras

Em 2004 a Companhia participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial Alumínio Brasileiro S.A. – Albras, para um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço mínimo compatível com a tarifa de equilíbrio da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O preço final ofertado foi composto por um preço base, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio no mercado internacional, constituindo um derivativo embutido, acima.

Com base nessas condições, a Albras efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R\$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW médios/mês, de março de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento.

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	364.945
Amortizações Efetuadas	(89.749)
Ganhos	661
Saldo em 31 de dezembro de 2021	275.857
Passivo Circulante	89.509
Passivo Não Circulante	186.348
Saldo em 31 de dezembro de 2021	275.857
Amortizações Efetuadas	(88.919)
Ganhos	129
Saldo em 31 de dezembro de 2022	187.067
Passivo Circulante	102.630
Passivo Não Circulante	84.437

NOTA 32 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Convênios	16.354	20.004
Pagamentos Diversos (a)	66.265	72.532
Pessoal	9.925	6.741
Gestão de Ativos de Geração	41.280	35.706
Pagamentos de Indenizações	14.494	28.987
	148.318	163.970
Não circulante		
Multas Aneel	63.637	68.654
Pagamentos de Indenizações	4.492	58.304
Renegociação de Contrato de Prestação de Serviços	38.940	-
	107.069	126.958
Total	255.387	290.928

(a) O saldo de pagamentos diversos é composto por pagamentos de serviços de terceiros e reembolso de despesa que são necessários para o curso da Companhia.

NOTA 33 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia estão apresentados a seguir:

Compromissos	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028
Fornecedores de combustíveis	3.459.013	3.449.562	3.449.562	3.449.562	3.459.013	6.606.147
Compra de energia	1.165.471	412.934	-	-	-	-
Venda de energia	8.116.469	5.382.384	3.205.418	2.851.492	2.869.560	3.070.429

NOTA 34 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 13.506.377 (R\$ 11.576.263 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 168.044.751 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2022 (154.093.501 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2021).

A alteração do patrimônio líquido da Companhia foi decorrente do processo de transferência das ações da NESA, onde a Eletronorte aumentou a sua participação na NESA de 19,98% para 34,98%, e seu capital social passou de R\$ 11.576.263 para R\$ 13.506.377, conforme detalhado na nota 14.4.

Quadro da composição acionária:

ACIONISTAS	31/12/2022			31/12/2021		
	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletronorte	167.527.192	99,692	13.464.779	153.575.942	99,664	11.537.381
Prefeitura Municipal de Manaus	263.513	0,157	21.180	263.513	0,171	19.796
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	146.382	0,087	11.765	146.382	0,095	10.997
Governo do Estado de Roraima	35.992	0,021	2.893	35.992	0,023	2.704
Prefeitura Municipal de Boa Vista	8.568	0,005	689	8.568	0,006	644
União Federal	1.804	0,001	145	1.804	0,001	136
Outras pessoas físicas	37.570	0,022	2.997	33.836	0,020	2.542
Outras pessoas jurídicas	23.730	0,014	1.929	27.464	0,019	2.063
Total	168.044.751	100,000	13.506.377	154.093.501	100,000	11.576.263

34.1 Reservas de lucros

34.1.1 - Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

34.2.2 - Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

34.2.3 - Reserva de Incentivos Fiscais

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea "d" do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Os empreendimentos da Companhia contemplados com o incentivo fiscal SUDAM estão discriminados na nota 10.5

NOTA 35 – SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022, a importância segurada apresenta um valor global de R\$ 18.458.893 (R\$ 8.908.896 em 31 de dezembro de 2021).

Risco	Seguradora	Importância Segurada	Prêmio	Período de vigência
Risco Operacional	Fator Seguradora S/A	16.845.939	36.367	27/12/2022 à 27/06/2024
Director & Officers (D&O)	Fator Seguradora S/A	250.000	534	14/09/2022 à 14/09/2023
Incêndio (Sede/Regionais)	Mapfre Seguros Gerais S/A	175.978	31	04/05/2022 à 04/05/2023
Seguro de Vida em Grupo	Zurich Minas Brasil Seguros S/A	1.151.517	8.412	01/05/2021 à 01/05/2023
Responsabilidade Civil	Berkley Internacional do Brasil Seguros	100	560	20/08/2022 à 20/08/2023
Seguro Garantia de Fiel Cumprimento (Leilão de Transmissão n 0001/2022 - ANEEL)	AVLA Seguros Brasil S/A	6.887	30	05/09/2022 à 31/12/2026
Seguro Garantia Judicial	BMG Seguros S/A	500	1.500	22/19/2022 à 22/09/2023
Seguro Transporte Nacional	Mapfre Seguros Gerais S/A	27.971	32	18/05/2022 à 18/05/2023

35.1 - Seguro de risco de engenharia - modalidade funcionamento operacional

Cobertura de seguros aplicada para danos materiais, quebra de máquinas, danos elétricos e defeitos mecânicos para os equipamentos em funcionamento operacional nas usinas hidroelétricas, termelétricas e subestações de propriedade da Companhia.

35.2 - Seguro de incêndio, raio e explosão

Cobertura de seguros aplicada contra Incêndio, raio e explosão para os prédios e conteúdo do edifício sede em Brasília, escritório da Companhia em São Paulo, e a todos os bens móveis e imóveis, utensílios e instalações dos escritórios, unidades de apoio e Unidades Descentralizadas de propriedade ou sob responsabilidade da Companhia.

35.3 - Seguro de responsabilidade civil geral

Cobertura de seguros aplicada para danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros, danos morais e poluição e/ou contaminação ambiental, súbita e acidental de responsabilidade da Companhia.

Prática Contábil

Para proteção do seu patrimônio, a Companhia administra por meio da contratação de seguros os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o seu patrimônio, bem como os riscos sujeitos ao seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

NOTA 36 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Geração			
Suprimento	7.162.714	4.959.742	7.154.919
Fornecimento	1.657.845	1.426.405	1.426.405
CCEE	520.623	907.466	916.921
Receita de operação e manutenção	39.786	35.926	35.926
	<u>9.380.968</u>	<u>7.329.539</u>	<u>9.534.171</u>
Transmissão			
Receita de operação e manutenção	1.267.029	1.137.695	1.146.737
Receita de construção	143.735	116.786	116.786
Receita financeira contratual	1.399.382	1.817.927	1.836.476
	<u>2.810.146</u>	<u>3.072.408</u>	<u>3.099.999</u>
Outras receitas	650.496	547.467	547.467
	<u>650.496</u>	<u>10.949.414</u>	<u>13.181.637</u>
(-) Deduções à Receita Operacional			
(-) ICMS	(759.823)	(436.614)	(814.814)
(-) PASEP e COFINS	(978.802)	(852.907)	(916.110)
(-) Encargos setoriais	(903.442)	(800.106)	(825.173)
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	(7.657)	(7.200)	(7.200)
	<u>(2.649.724)</u>	<u>(2.096.827)</u>	<u>(2.563.297)</u>
Receita operacional líquida	<u>10.191.886</u>	<u>8.852.587</u>	<u>10.618.340</u>

Prática Contábil

As receitas são reconhecidas à medida que a Companhia satisfaz suas obrigações estabelecidas nos contratos com os clientes, sendo mensuradas com base nos valores das contraprestações que espera receber em troca do desempenho das atividades de geração, transmissão e de outros serviços.

Geração

As receitas de suprimento e fornecimento de energia elétrica são reconhecidas no momento que a Companhia entrega a energia elétrica para o comprador pelos preços estabelecidos nos contratos.

As receitas das transações no mercado de curto prazo, apresentadas na linha CCEE, são valoradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

As receitas originadas das concessões de geração prorrogadas à luz da Lei nº 12.783/2013 (Usinas Cotistas) estão apresentadas na linha Receita de operação e manutenção, sendo reconhecidas pelo preço da tarifa calculada pela ANEEL. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção das usinas, acrescidos da taxa adicional de receita de 10%. A partir de 2023, em razão das determinações da Lei 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras), o regime de exploração dessas usinas será alterado de cotas de garantia física para produção independente de energia ("PIE"), em 20 % ano, atingindo a alteração completa em 05 anos.

Transmissão

As contraprestações estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica remuneram a transmissora para duas obrigações de desempenho: (i) construir; e (ii) manter e operar a infraestrutura. À medida que são cumpridas, a Companhia registra as receitas de acordo com a natureza da obrigação concluída.

A obrigação de construir o empreendimento de transmissão é satisfeita ao longo da fase de construção, sendo as receitas de construção registradas de acordo com a evolução dos empreendimentos.

Além das receitas de construção e de operação e manutenção, a Companhia reconhece a receita financeira contratual, que se refere a atualização financeira dos direitos originados pela construção do empreendimento, que serão recebidos entre o término da construção e o final da concessão.

A Companhia inclui a receita financeira contratual na Receita Operacional Líquida – ROL, pois entende que nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica o financiamento (ato de gastar para construir e receber em parcelas no decorrer da concessão) realizado ao poder concedente para a construção dos empreendimentos faz parte do seu negócio.

NOTA 37 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Nota	CONTROLADORA					
		31/12/2022			31/12/2021		
		Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal		(550.539)	(769.865)	(1.320.404)	(450.963)	(805.870)	(1.256.833)
Plano de demissão voluntária	37.2	-	(423.188)	(423.188)	-	-	-
Material		(80.841)	-	(80.841)	(65.741)	(2.842)	(68.583)
Serviços		(248.407)	(194.116)	(442.523)	(119.965)	(130.303)	(250.268)
Energia comprada para revenda (c)		(244.263)	-	(244.263)	2.786.874	-	2.786.874
Encargos sobre uso da rede elétrica		(832.877)	-	(832.877)	(747.720)	-	(747.720)
Construção		(116.659)	-	(116.659)	(166.390)	-	(166.390)
Combustível para produção de energia elétrica (a)		(2.696.325)	-	(2.696.325)	(1.315.064)	-	(1.315.064)
(-) Recuperação de despesas (b)		1.416.412	-	1.416.412	626.100	-	626.100
Redução ao valor recuperável		-	-	-	187.790	(144.845)	42.945
Depreciação e amortização		(1.266.041)	(80.625)	(1.346.666)	(606.956)	(43.783)	(650.739)
Doações e contribuições		-	(15.905)	(15.905)	-	(5.517)	(5.517)
(Provisões)/Reversões operacionais	37.1	-	(1.870.576)	(1.870.576)	-	462.169	462.169
Outros		(66.013)	(210.633)	(276.646)	(62.336)	(51.213)	(113.549)
Total		(4.685.553)	(3.564.908)	(8.250.461)	65.629	(722.204)	(656.575)

	Nota	CONSOLIDADO		
		31/12/2021		
		Custos	Despesas	Total
Pessoal		(498.786)	(819.351)	(1.318.137)
Plano de demissão voluntária	37.2	-	-	-
Material		(78.393)	(3.927)	(82.320)
Serviços		(149.872)	(148.103)	(297.975)
Energia comprada para revenda (c)		2.714.958	-	2.714.958
Encargos sobre uso da rede elétrica		(793.737)	-	(793.737)
Construção		(166.390)	-	(166.390)
Combustível para produção de energia elétrica (a)		(1.315.064)	-	(1.315.064)
(-) Recuperação de despesas (b)		626.100	-	626.100
Redução ao valor recuperável		187.790	(144.845)	42.945
Depreciação e amortização		(678.867)	(44.190)	(723.057)
Doações e contribuições		-	(6.082)	(6.082)
(Provisões)/Reversões operacionais	37.1	-	383.386	383.386
Outros		(682.729)	(49.000)	(731.729)
Total		(834.990)	(832.112)	(1.667.102)

- a) O montante de R\$ 2.696.325 em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao consumo de combustível gás natural utilizados na usina de Mauá 3, Turbina a Gás - TG2.
- b) Com a cessão do contrato de gás da AmD para a AmGT, em dezembro de 2018, a Companhia passou a ser beneficiária do reembolso do Fundo Setorial CCC, o qual é utilizado para cobrir parte dos custos da AmGT com aquisição do gás natural. Considerando que o término do Contrato de Gás Natural será em 30 de novembro de 2030, o benefício da CCC para a Companhia será devido durante o período de 1º de janeiro de 2019 (início da operação da UTE Mauá 3) à 30 de novembro de 2030.

Os reembolsos da CCC são realizados pela CCEE, a qual atua no processo de gestão financeira e operacional da CCC. Os reembolsos seguem a seguinte periodicidade:

- Dia 20 do mês subsequente ao do fornecimento do gás natural, a CCEE faz um repasse de adiantamento em nome da AmGT. Este valor reembolsado preliminarmente é feito com base na média dos reembolsos dos três últimos meses, limitados em 75% da média calculada; e
 - Dia 15 do segundo mês subsequente ao do fornecimento do gás natural, a CCEE reembolsa a diferença entre o montante total do reembolso devido e o reembolso preliminar realizado no dia 20 do mês subsequente ao do fornecimento (adiantamento).
- c) O valor positivo na rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda em 2021 é devido a recuperação de custos com a repactuação do risco hidrológico – GSF vinculado a extensão da concessão das usinas UHE Tucuruí, UHE Samuel e UHE Curuá-Una. Tal fato foi atípico e não ocorreu em 2022.

37.1 – Provisões/Reversões Operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Provisão para litígios (a)	(432.335)	(107.962)	(104.259)
Reversão de provisão contrato oneroso	10.517	-	-
PECLD - Consumidores e revendedores (b)	(1.531.856)	450.833	368.347
GAG melhoria	5.573	-	-
Reversão de perdas em investimentos (Sinop/TNE)	117.892	-	-
Outras	(40.367)	119.298	119.298
Total	(1.870.576)	462.169	383.386

(a) A variação dos riscos, se dá, principalmente, devido à atualização dos valores provisionados referentes a processos cíveis (especialmente o processo da Cetenco, que já foi quitado no exercício).

(b) A variação da Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD é decorrente do aumento da inadimplência da Amazonas Energia em 2022.

37.2 – Programa de Demissão Voluntária - 2022

A despesa referente ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 423.188, sendo realizado em duas fases, uma em 2022, no montante de R\$ 139.939 e outra em 2023, no montante estimado em R\$ 283.249. O número total de inscritos foi de 624 empregados.

NOTA 38 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Receitas Financeiras			
Receita de aplicações financeiras	284.823	116.585	151.414
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	243.161	154.326	154.326
Outras receitas financeiras	205.705	456.880	520.288
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(53.760)	(40.612)	(43.108)
	679.929	687.179	782.920
Despesas financeiras			
Empréstimos e financiamentos	(473.897)	(318.238)	(364.509)
Encargos de dívidas	(387.140)	-	-
Arrendamento mercantil	(527.746)	(211.520)	(427.599)
Encargos sobre recursos de acionistas	(207.176)	(44.275)	(44.275)
Outras despesas financeiras	(376.416)	(151.743)	(162.061)
	(1.972.375)	(725.776)	(998.444)
Itens financeiros, líquidos			
Variações monetárias	(233.485)	(26.863)	(50.156)
Variações cambiais	39.749	(23.713)	(25.934)
Derivativos	(356.494)	725.826	725.826
	(550.230)	675.250	649.736
Resultado Financeiro	(1.842.676)	636.653	434.212

O saldo de encargos de dívidas no montante de R\$ 387.140 em 31 de dezembro de 2022 refere-se aos encargos decorrentes da capitalização da Eletrobras em virtude das novas obrigações com CDE e projeto de revitalização das bacias hidrográficas (Lei nº 14.182/2021).

Prática Contábil

No resultado financeiro são registrados, principalmente, os encargos das dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, vide nota 19, os encargos das obrigações com a CDE e revitalização de bacias hidrográficas, vide nota 29, os juros dos passivos de arrendamentos, vide nota 20, e as receitas de aplicações financeiras.

NOTA 39 – OUTRAS RECEITAS

	NOTA	31/12/2022
Receita com a venda da folha de pagamento		11.810
Receita de indenizações patrimoniais		4.335
Receita com alienação de SPE - Amapari		21.937
Ganho com alienação		3.704
Baixa fornecedor de combustível	18	266.350
Lei 14.182/2021	1.1.2	1.603.150
Acordo de leniência		10.849
Outras receitas não operacionais		19
		1.922.154

O montante de R\$ 1.603.150 refere-se ao ganho no processo de capitalização da Eletrobras, conforme nota 1.1.2. Não há saldo de outras receitas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

NOTA 40 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os saldos ativos dos instrumentos financeiros derivativos embutidos estão demonstrados a seguir:

Patrimonial	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		
Fornecimento de energia elétrica	501.355	690.333
Ativo Não Circulante		
Fornecimento de energia elétrica	485.507	653.022
Total Ativo Financeiro	986.862	1.343.355

Resultado	
Saldo em 31 de dezembro 2021	1.343.355
Variação	(356.493)
Saldo em 31 de dezembro 2022	986.862

O saldo referente a instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 986.862 (R\$ 1.343.355 em 31 de dezembro de 2021). O resultado com Derivativos Embutidos calculado para 2022, considerou a média da projeção do London Metal Exchange - LME, para os próximos vinte e quatro meses, de U\$ 2.480,86, abaixo do preço teto estipulado em contrato de U\$ 2.773,21.

O resultado com Derivativos Embutidos consiste na atualização das variáveis: quantidade de energia, índices macroeconômicos (dólar e Selic) e da projeção do preço do LME para 2 anos tendo como base toda a série histórica da cotação do LME.

Em comparação a dezembro de 2021, o prêmio calculado teve desvalorização de 26,54% (dezembro/2021: R\$ 1.343,3/ dezembro/2022: R\$ 986,8), explicada principalmente pela redução na expectativa do preço do LME (12-2021: US\$ 2.815,36/ 12-2022: US\$ 2.480,86).

40.1 – Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, apresentados na nota 19, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, apresentados nas notas 6 e 7. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	4.212.417	4.928.084
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(162.518)	(33.529)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(209.271)	(3.064.153)
Exposição líquida	3.840.628	1.830.402
(+) Total do Patrimônio Líquido	22.712.257	19.603.028
Total do Capital	26.552.885	21.433.430
Índice de Alavancagem Financeira	14%	9%

40.2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	31/12/2022	31/12/2021
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Custo amortizado		2.020.146	3.021.660
Caixa e equivalentes de caixa	2	162.518	33.529
Clientes		1.918.293	2.923.590
Direito de ressarcimento		101.853	98.070
Valor justo por meio do resultado		1.196.251	4.407.618
Títulos e Valores Mobiliários	2	209.389	3.064.263
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	986.862	1.343.355
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Custo amortizado		14.136.762	6.326.417
Empréstimos, financiamentos e debêntures		4.212.417	4.928.084
Fornecedores		616.199	761.502
Arrendamentos		478.340	636.831
Obrigações de Outorga - Lei 14.182/2021		8.829.806	-

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas investidas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros (nível 2) incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (nível 3), e o risco de crédito das contrapartes das operações de swaps.

40.3 – Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

40.3.1 – Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano.

A Companhia possui uma Política de Hedge Financeiro cujo objetivo é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas demonstrações financeiras.

A referida política, portanto, visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Considerando as diferentes formas de se realizar o hedge dos descasamentos apresentados pela Companhia, a Política elenca uma escala de prioridades, priorizando a solução estrutural, e, apenas para os casos residuais, adoção de operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

(a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade

Risco de apreciação das taxas de câmbio:

		Saldo em 31/12/2022		Efeito no resultado		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2023 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
USD	Empréstimos e financiamentos	32.611	172.837	168.598	216.046	259.256
	Impacto no resultado			4.239	(43.209)	(86.419)
IENE	Empréstimos e financiamentos	1.404.025	56.161	56.161	70.201	84.242
	Impacto no resultado			-	(14.040)	(28.081)
Impacto no resultado em caso de apreciação das taxas de câmbio				4.239	(57.250)	(114.499)
⁽¹⁾ Premissas adotadas:			31/12/2022	Provável	+25%	+50%
	USD		5,30	5,17	6,63	7,95
	IENE		0,04	0,04	0,05	0,06

40.3.2 – Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade de a Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa. A Companhia monitora a sua exposição às taxas operadas.

a) Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros:

		Saldo em 31/12/2022	Efeito no Resultado			
			Cenário I - Provável 2023 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹	
CDI	Empréstimos, financiamentos e debêntures	834.993	97.277	121.596	145.915	
	Impacto no resultado	834.993	97.277	121.596	145.915	
Impacto no resultado em caso de apreciação dos indicadores nacionais			97.277	121.596	145.915	
⁽¹⁾ Premissas adotadas:			31/12/2022	Provável	+25%	+50%
	CDI		13,65%	11,65%	14,56%	17,48%

40.3.3 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos (Circulante / Não Circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa	162.518	33.529
Títulos e valores mobiliários	209.389	3.064.263
Clientes	1.918.293	2.923.590
Outros ativos	685.860	931.848
Total	2.976.060	6.953.230

40.3.4 – Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data

contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

	31/12/2022				
	Fluxo de pagamentos				
	Até 1 ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	11.036.686	1.394.409	698.296	1.007.371	14.136.762
Fornecedores	616.199	-	-	-	616.199
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.398.829	1.107.921	698.296	1.007.371	4.212.417
Arrendamentos	191.852	286.488	-	-	478.340
Obrigações da Lei 14.182/2021	8.829.806	-	-	-	8.829.806

	31/12/2021				
	Fluxo de pagamentos				
	Até 1 ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	2.397.478	1.902.822	1.828.238	197.879	6.326.417
Fornecedores	761.502	-	-	-	761.502
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.454.890	1.447.077	1.828.238	197.879	4.928.084
Arrendamentos	181.086	455.745	-	-	636.831

40.4 – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam os instrumentos financeiros derivativos.

- Provável: O cenário provável foi definido como o valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2022;
- Cenário I e II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas; e
- Cenário III e IV: Estimativa do valor justo considerando uma apreciação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas.

	Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Derivativo embutido - Fornecimento de energia elétrica	986.862	740.147	493.431	1.233.578	1.480.293

As análises de sensibilidade foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

40.5 – Risco de Commodities

O prêmio calculado para o exercício de 2022 é de R\$ 986,8 milhões, uma desvalorização de R\$ 356,5 milhões com relação ao exercício de 2021 que teve o prêmio calculado de R\$ 1.343,3 milhões e pode ser explicado principalmente pela redução na expectativa do preço do LME para os próximos 24 meses (média do preço do LME projetado: (12-2022: US\$ 2.480,86 / 12-2021: US\$ 2.815,36).

40.6 – Risco de preço

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Prática Contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48 / IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo

financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

- Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

Contratos de garantia financeira:

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia, nota 19.2. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais, nota 37.

Instrumentos financeiros derivativos:

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurado pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

Contabilização de *hedge*:

A Companhia possui política de contabilização de *hedge* e os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao

valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

NOTA 41 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

41.1 – Resultado por segmento

Os segmentos de negócios da Companhia divulgados separadamente são:

- Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização;
- Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica.

As informações por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2022 e 2021, são as seguintes:

	CONTROLADORA					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Receita Operacional Líquida	7.607.500	2.584.386	10.191.886	5.949.532	2.903.055	8.852.587
Custos Operacionais	(4.100.123)	(585.430)	(4.685.553)	685.103	(619.474)	65.629
Despesas Operacionais	(2.141.311)	(1.423.597)	(3.564.908)	(195.617)	(526.587)	(722.204)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	21.890	21.890	-	312.819	312.819
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	1.366.066	597.249	1.963.315	6.439.018	2.069.813	8.508.831
Resultado Financeiro	(1.652.899)	(189.777)	(1.842.676)	504.107	132.546	636.653
Resultado de participações societárias			(56.571)			436.062
Outras receitas			1.922.154			-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido			100.425			(2.219.908)
Lucro Líquido no exercício			2.086.647			7.361.638

	CONSOLIDADO		
	31/12/2021		
	Geração	Transmissão	Total
Receita Operacional Líquida	7.687.361	2.930.979	10.618.340
Custos Operacionais	(210.067)	(624.923)	(834.990)
Despesas Operacionais	(216.762)	(615.350)	(832.112)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	312.819	312.819
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	7.260.532	2.003.525	9.264.057
Resultado Financeiro	280.148	154.064	434.212
Resultado de participações societárias			28.335
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido			(2.364.966)
Lucro Líquido no exercício			7.361.638

41.2 - Ativos não circulantes por segmento

Os ativos não circulantes segmentados em Geração e Transmissão se referem aos que são diretamente ligados com essas atividades. Os ativos intangíveis e imobilizados sem vínculos diretos com as atividades de geração e transmissão de energia elétrica são apresentados no segmento de Administração.

	31/12/2022				31/12/2021			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Imobilizado	363.800	4.267.690	-	4.631.490	576.110	7.110.929	-	7.687.039
Intangível	50.057	28.292.526	79.289	28.421.872	50.535	2.921.395	-	2.971.930
Ativo Contratual	-	-	9.271.177	9.271.177	-	-	9.365.825	9.365.825
Total	413.857	32.560.216	9.350.466	42.324.539	626.645	10.032.324	9.365.825	20.024.794

NOTA 42 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Dentre as principais operações ocorridas com partes relacionadas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, destacamos o adiantamento para futuro aumento de capital de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

42.1 – Principais transações ocorridas em 2022

Partes relacionadas	Data da operação	Objeto do Contrato	Valor da transação
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	21/06/2022	Contrato de adiantamento por conta de futuro aumento de capital que entre si fazem a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletronorte e a Centrais Elétricas Do Norte Do Brasil S.A. - Eletronorte.	8.829.806
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	29/04/2022 e 15/12/2022	Pagamento de dividendos referentes a exercícios anteriores.	(1.940.734)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	31/12/2022	Provisão de juros sobre capital próprio para distribuição no exercício social de 2023.	869.728

42.2 – Transações com partes relacionadas

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas:

Patrimonial	31/12/2022		31/12/2021	
	Investidas	Empresas Eletronorte	Investidas	Empresas Eletronorte
Ativos				
Receita de uso de energia elétrica	9.235	11.385	12.394	105.320
Receita de prestação de serviços	-	3.304	16.670	-
Dividendos / JCP a receber	28.375	-	44.101	-
Suprimento de energia elétrica	-	21.820	-	20.874
Parcelamento CGT Eletrosul	-	42.498	-	-
Empregados cedidos	-	844	-	544
Outros - encargos	-	373	-	-
Outros ativos	12.598	820	28	299.559
Total Ativo	50.208	81.044	73.193	426.297
Passivos				
Despesa de uso de energia elétrica	2.322	19.774	2.081	15.439
Empregados	1.500	-	-	-
Empregados requisitados	-	-	-	69
Repasso à Patrocinadora	5.907	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	2.144.548	-	2.015.336
Dividendos (remuneração aos acionistas)	-	-	-	2.471.876
Juros sobre Capital Próprio	-	736.991	-	-
Obrigações com a Controladora	-	1.890.628	-	1.382.747
Obrigações com a Controladora - El paso	-	-	-	567.000
Adiantamento para futuro aumento capital	-	8.829.806	-	-
Outros serviços de terceiros	-	-	-	560
Outros Proinfa	-	15.573	-	8.347
Outros passivos	38.940	2.982	-	1
Total Passivo	48.669	13.640.302	2.081	6.461.375

Resultado	31/12/2022		31/12/2021	
	Investidas	Empresas Eletronorte	Investidas	Empresas Eletronorte
Receita de uso de energia elétrica	99.582	133.908	101.475	147.686
Operação e Manutenção	76.511	-	-	-
Receita de prestação de serviços	810	5.883	102.964	(48)
Despesa de uso de energia elétrica	(21.603)	(218.850)	(19.816)	(190.426)
Repasse à Patrocinadora	(31.764)	-	(34.195)	-
Empregados	(51.337)	-	(147.072)	-
Suprimento de energia elétrica	-	244.761	-	222.010
Empréstimos e financiamentos	-	(179.289)	-	(107.449)
Dividendos (remuneração aos acionistas)	-	(206.538)	-	(44.126)
Obrigações com a Controladora	-	(226.026)	-	(80.088)
Outros - desconto obtido	-	-	-	350.000
Outros	249	15.380	(4.524)	(67.964)
Total	72.448	(430.771)	(1.168)	229.595

42.3 – Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Benefícios de curto prazo	5.936	3.752	4.177
Outros benefícios de longo prazo	-	1.475	1.728
Total	5.936	5.227	5.905

A remuneração máxima, mínima e média dos dirigentes, empregados e conselheiros pode ser observada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração de dirigentes		
Maior remuneração de administradores	40	40
Menor remuneração de administradores	38	38
Remuneração média de administradores	39	39
Remuneração de conselheiros		
Maior remuneração de conselheiros	4	4
Menor remuneração de conselheiros	4	4
Remuneração média de conselheiros	4	4
Remuneração de empregados		
Maior remuneração de empregados	112	77
Menor remuneração de empregados	4	4
Remuneração média de empregados	20	12

Prática Contábil

De acordo com sua política, a Companhia pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes.

Os processos negocial e decisório devem ser efetivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.

NOTA 43 – ATIVO MANTIDO PARA VENDA

O quadro abaixo demonstra os ativos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022	31/12/2021
Energética Águas da Pedra S.A.	143.388	-
Terreno mantido para venda	61.490	62.855
Total	204.878	62.855

O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 204.878 (R\$ 62.855 em 31 de dezembro de 2021). Este saldo refere-se preponderantemente ao investimento na Energética Águas da Pedra S.A., que foi reclassificado para esta rubrica devido a intenção da baixa do investimento, visando atender aos requisitos do contrato de permuta de ações com a Neoenergia S.A. Em adição, também compõe este saldo um terreno com área de 65.575,00m², localizado no SGA/SUL 904 Conjunto A, situado na cidade de Brasília. O terreno foi adquirido com o objetivo de ser a sede da Companhia, porém em consonância com o plano de desinvestimento, a Companhia alterou seu plano inicial em relação ao terreno e elaborou um plano para a realização da venda do imóvel.

Prática Contábil

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda se o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda e não pelo uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que possa ser concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor esperado de alienação.

NOTA 44 – TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Transações não envolvendo caixa	
Indenizações das UHEs Tucuruí e Curuá-Una	5.062.717
Emissão de AFAC pela Eletronorte com créditos da aquisição de combustíveis - Lei nº 12.111/2009	869.835
Obrigações Lei nº 14.182	12.384.686
Subtotal adicionado ao ativo intangível	18.317.238
Empréstimos para encontro de contas para pagamento de dividendos com a Eletronorte	800.000
Total de transações não caixa	19.117.238

NOTA 45 – EVENTOS SUBSEQUENTES

45.1 – Incorporação de ações

Em 04 de janeiro de 2023, os acionistas da Eletronorte reunidos na 185ª AGE aprovaram a incorporação da totalidade das ações de emissão das subsidiárias: (i) CHESF; (ii) CGT Eletrosul; (iii) Furnas; e (iv) Eletronorte. A aprovação das Incorporações de Ações também ocorreu nas assembleias gerais das subsidiárias.

A operação se justifica como sendo do interesse de todas as partes interessadas, haja vista que as subsidiárias possuem em seus quadros sociais agrupamento de acionistas minoritários que titularizam parcela diminuta do capital social votante dessas empresas. A formatação de um único acionista para essas controladas permitirá, assim, que o próprio escopo de atuação dessas sociedades seja revisto e repensado, com vistas: (i) à completa reestruturação e simplificação de seus sistemas de governança, com enfoque em administrações locais mais enxutas e com perfil de gestão operacional; (ii) centralização e padronização de macroprocessos e estruturas, com eliminação de redundâncias e ganhos de eficiência na operação dos ativos e execução dos projetos de investimento; (iii) robustecimento do papel da Eletrobras no direcionamento estratégico de suas subsidiárias e na definição do modelo ótimo de gestão; e (iv) maior segurança jurídica no processo decisório, haja vista a ausência de potenciais interesses conflitantes normalmente associados ao cenário de pluralidade da base acionária.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nestas demonstrações financeiras.

Brasília – DF, 06 de março de 2023.

ANTONIO AUGUSTO BECHARA PARDAUIL
Diretor Presidente Interino

HUGO LEONARDO DA SILVA
Diretor Financeiro

DOMINGOS ROMEU ANDREATTA
Diretor de Engenharia

LUIZ LAÉRCIO SIMÕES
Diretor de Regulação e Comercialização

JOSÉ WANDERLEY UCHOA BARRETO
Diretor de Gestão Corporativa

ANTONIO AUGUSTO BECHARA PARDAUIL
Diretor de Operação e Manutenção

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

ALEXANDRE LIRA DA ROCHA
Contador - CRC-DF-018622/O-0
Superintendente de Contabilidade FCO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RODRIGO LIMP NASCIMENTO	Presidente
CAMILA GUALDA SAMPAIO ARAÚJO	Conselheira
JOSÉ EDUARDO GUIMARÃES BARROS	Conselheiro
IKARO CHAVES BARRETO DE SOUSA	Conselheiro
GISÉLIA DA SILVA	Conselheira

CONSELHO FISCAL

JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA	Presidente
JOÃO VICENTE AMATO TORRES	Conselheiro
CESAR ALMEIDA DE MENESES SILVA	Conselheiro